

Municipipi's



A Revista da Associação Paulista de Municípios

DE SÃO PAULO



Ano 2
Número 20
R\$ 7,00

6º CB TIM

Congresso
Brasileiro de
Tecnologia
da Informação
para os
Municípios

Município.com

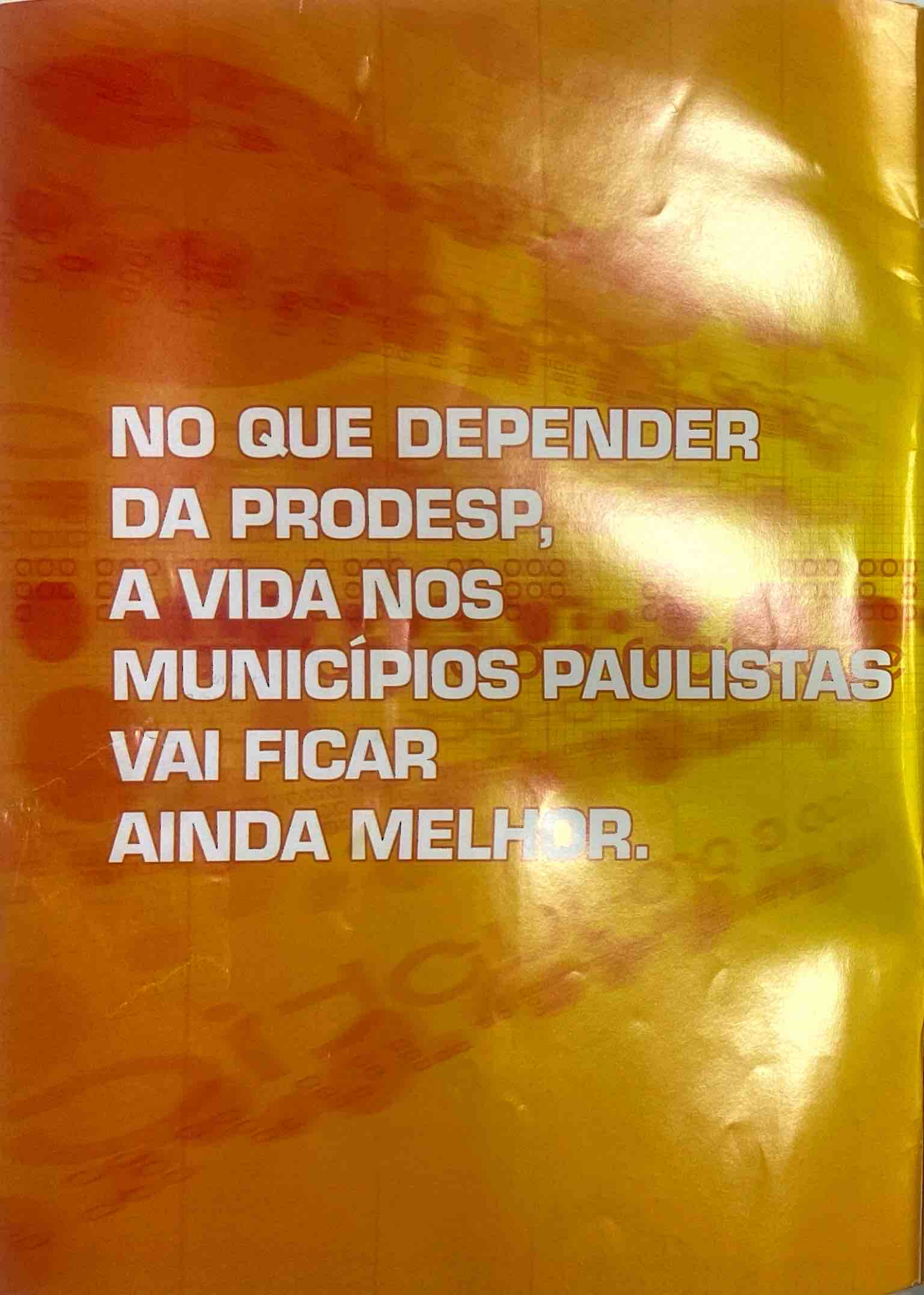
E MAIS:

- Projetos de preservação do Cinturão Verde

- Plantão jurídico gratuito aos municípios

Encontro da APM
mostrará importância
da tecnologia da
informação na
administração pública

ENTREVISTA: PAULO VARELLA EXPLICA COMO É O TRABALHO DA PRODESP COM OS MUNICÍPIOS



**NO QUE DEPENDER
DA PRODESP,
A VIDA NOS
MUNICÍPIOS PAULISTAS
VAI FICAR
AINDA MELHOR.**

Prodesp. Soluções que modernizam a gestão pública e facilitam a vida dos cidadãos.

A Prodesp é a empresa de tecnologia da informação do Governo do Estado de São Paulo. Seu trabalho é desenvolver produtos e serviços para melhorar a qualidade da gestão pública e facilitar a vida do cidadão. E este trabalho está à disposição de todos os

municípios paulistas, seja através de soluções já testadas pelo Governo e aprovadas pela população, ou de produtos criados especialmente para prefeituras. Com isso, a Prodesp coloca a tecnologia a serviço da cidadania e do desenvolvimento do Estado de São Paulo.

Sistema de Emissão e Controle de Multas Municipais

Automatiza o controle e a cobrança de multas municipais de trânsito. Integra o município ao Detran, ao Licenciamento Eletrônico e ao sistema bancário, agilizando o processo de arrecadação.

Sistema Integrado de Controle Financeiro

Composto pelos módulos orçamentário, financeiro, contábil e de contratos, assegura uma gestão mais eficaz dos recursos públicos, contemplando, entre outros itens, empenhos, receitas, pagamentos, cauções, despesas extra-orçamentárias e reservas.

GuiaRH

Solução que oferece, de forma rápida e simples, informações completas do quadro de pessoal da administração. Permite estudos, análises e acompanhamentos com abordagens qualitativa e quantitativa.

Desenvolvimento de Competências Comportamentais

Programas de treinamento comportamental voltados à excelência no atendimento; à alta performance; à administração de conflitos; à criatividade; ao gerenciamento de emoções; e ao equilíbrio saúde x estresse, entre outros temas.

Data Center e Central de Atendimento Prodesp

Infra-estrutura completa para hospedagem de computadores e sistemas, com garantia de segurança e acesso às informações 24 horas. Oferece, ainda, serviço de suporte telefônico personalizado. Tem certificação ISO 9001.

Farmácia Eletrônica

Racionaliza a distribuição de medicamentos a pacientes em hospitais e centros de saúde. Reduz o desperdício a zero, gerando economia suficiente para ampliar o número de pacientes atendidos sem aumento dos gastos.

Sistema de Controle Patrimonial

Executa o controle físico e contábil de bens patrimoniais, registrando incorporações, transferências, doações, baixas, revalorizações e envios para manutenção.

Sistema de Controle de Estoque

Realiza o controle físico e contábil de almoxarifados. Registra movimentação de materiais, emite pedidos de compra, oferece posição sintética e analítica do estoque, fornece o perfil de consumo dos requisitantes e o seu custo por período e emite balancetes e inventário.

Acesso Livre

Solução flexível e de baixo custo baseada em software livre para programas de inclusão digital e outros projetos de informatização dos municípios.

Intragov

Rede de comunicação que permite acesso a serviços oferecidos pelo Governo do Estado na Internet, como a Bolsa Eletrônica de Compras.

E mais

- Infra-estrutura de redes;
- Sistema de Controle da Dívida Ativa;
- Sistema de Gestão do ISSQN.

Para mais informações,
entre em contato com:
Telefone (11) 6845-6473
Fax (11) 6845-6346
prefeitura@prodesp.sp.gov.br



CASA CIVIL



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ



**Associação Paulista
de Municípios**

Av. São Luis, 99 - 13º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01046-905
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA

DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

Presidente

Celso Antonio Giglio

1º Vice-Presidente

Marcos Roberto Casquel Monti

2º Vice-Presidente

Welson Gasparini

3º Vice-Presidente

Rubens Furlan

4º Vice-Presidente

João Carlos Caraméz

SECRETARIA - MEMBROS DIRETORES

Secretário Geral

Antônio César Simão

1º Secretário

Dr. Hélio de Oliveira Santos

2º Secretário

Sebastião Misiara

3º Secretário

Itamar Francisco Machado Borges

TESOURARIA

Tesoureiro Geral

Flávio Callegari

1º Tesoureiro

José Luiz Rodrigues

2º Tesoureiro

Antonio Francelino

3º Tesoureiro

João Buzzo

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente

Aquevirque Antônio Nholla

Secretário

Carlos Alberto Cruz Filho

CONSELHO TÉCNICO-MULTIDISCIPLINAR

Presidente

Antonio Sérgio Baptista

Secretária Executiva

Daiva Christofoletti Paes da Silva

Gestões modernas e eficientes



Nos dias 5, 6 e 7 de dezembro, acontece o 6º CBTIM - Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios; é por isso que dedicamos grande parte desta edição para divulgar assuntos que lá serão tratados.

Enfocamos também o tema Cinturão Verde, demonstrando como as cidades inseridas na Mata Atlântica preservam a região, tema que deveremos voltar a abordar com maior destaque em edição futura. Além dos articulistas permanentes, trazemos o plantão jurídico, criado pela APM e colocado à disposição dos municípios.

Quanto ao CBTIM, nossa determinação à diretoria, responsável pela organização, foi no sentido de obedecer a duas premissas maiores: a primeira, que, ao receber o nosso convite e ao analisarem a grade de programação com os

assuntos a serem abordados, os prefeitos(as), vice-prefeitos(as), vereadores(as) e secretários(as) municipais percebam que não podem deixar de comparecer. A segunda, que, ao final do congresso, retornando para seus municípios, tenham a segurança e a certeza de que valeu a pena participar, e que voltam com uma razoável carga de informações novas e relevantes.

Afinal, os avanços no campo da informática, especialmente em TI (Tecnologia da Informação), ocorreram com dinâmica e velocidade espantosas e não há como resistir a elas, sob pena de ficarmos para trás, ultrapassados e envelhecidos. Os administradores públicos modernos têm que se atualizar constantemente, tomando conhecimento das evoluções e dos mecanismos de controle que impactam e refletem em seus governos e nos seus municípios.

Nesse CBTIM, mostraremos os métodos de gestão, em seu estágio atual, utilizados pelo Governo do Estado e iniciativa privada, e que estão disponíveis também aos governos municipais.

Com isto, objetivamos contribuir com os gestores municipais na busca da modernização do planejamento e gestão e sua integração com as administrações estadual e federal, no controle dos programas e atividades, e na busca por clareza diante das competências estabelecidas no Pacto Federativo.

Todos ao 6º CBTIM - Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação, pois de duas uma: ou seu município participa, ou está no passado!

*Saudações
municipalistas.*

Celso Giglio
Presidente da APM

Caixa quer ampliar suporte a estados e prefeituras

PEM-Caixa, um produto adequado a 3 mil municípios que ainda não têm previdência própria

KELLY OLIVEIRA
BRASILIA

A Caixa Econômica Federal quer expandir a Previdência para Estados e Municípios (PEM-Caixa). O produto oferece estruturação, manutenção e consultoria para regimes próprios de Previdência de estados e municípios. Atualmente, a Caixa possui 605 contratos de consultoria e estruturação, mas há ainda um público-alvo de cerca de 3 mil municípios (de um total de mais de 5 mil) que ainda não tem regimes próprios de Previdência.

O vice-presidente de Ativos de Terceiros da Caixa, Wilson Risolia Rodrigues, afirma que a ideia é expandir também a quantidade de fundos regionais de investimentos, voltados para os Estados e municípios com regimes próprios de Previdência. Atualmente, mais de 1,6 mil municípios têm aplicações pela Caixa.

ertura

de resseguro, puradoras acham o retorno sobre o colocação na América Latina", Hannover Re vê o mesmo potencial na América Latina? "Fato é que este ano, foi criado um fundo regional do Rio Grande

De acordo com Risolia, os fundos regionais são uma forma de reduzir os custos para os institutos. Em outubro, a taxa de administração paga para participar do fundo do Rio Grande do Sul foi de 0,20%. "Unimos clientes com o mesmo perfil em um fundo só. Isso facilita a gestão, logo o custo é mais baixo para os institutos", explica Risolia.

O vice-presidente de Negócios Bancários da Caixa, Fábio Lenza, acrescenta que o PEM surgiu como uma demanda dos próprios municípios. "É um produto a mais que oferecemos, além de outras parcerias com os estados e municípios", afirma.

Segundo a Caixa, o produto e a criação de fundos regionais têm ajudado os estados e municípios a ajustarem a arrecadação aos gastos com Previdência. A adequação dos pagamentos de aposentadorias e pensões a servidores ao patrimônio previdenciário é uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, criada em 2000. Apesar disso, segundo um levantamento do Núcleo Atuarial de Previdência da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o buraco financeiro de 15 capitais brasileiras chegou a R\$ 41,6 bilhões, em 2004.

Para o presidente do Instituto de Previdência de Curitiba (Reciprev), Aulborgue Basso, a dificuldade dos municípios em pagar os custos de Previdência está sendo trabalhada, na

consultoria da Caixa na área de Previdência já produziu resultados. Segundo ele, pela primeira vez, desde 2001, quando foi criada a previdência própria, houve redução da necessidade de custeio de 0,68%, o que representa uma queda nos gastos de cerca de R\$ 150 mil por mês. "Parece uma redução pequena, mas ao longo do tempo faz diferença", diz Barros.

Essa perspectiva de redução no custeio é feita por meio do estudo atuarial, que permite calcular a necessidade futura de recursos para que haja equilíbrio na Previdência.

REDUZIR ALÍQUOTAS

A diretora financeira do Instituto de Previdência de Curitiba (Reciprev), Aulborgue Basso, afirma que parte dos recursos arrecadados pelos municípios são utilizados em despesas com



com. Atualmente, o custeio da Reciprev chega a R\$ 1,2 milhão por mês, sendo que os municípios beneficiados, pagam a taxa de administração (0,20%) e a taxa de custeio (0,68%). Segundo Basso, a Reciprev tem conseguido reduzir os custos de administração dos municípios de 0,20% para 0,10%.

Esta solução está mais perto do que você imagina.

Quem já resolveu o problema de 605 municípios, pode resolver o do seu também.

Reprodução do jornal Gazeta Mercantil, edição do dia 3 de novembro de 2005, caderno Finanças & Mercados, página 2.

A CAIXA, pelo segundo ano consecutivo, recebeu o Prêmio Guia Exame 2005 como melhor gestor de fundos de varejo, atacado e renda fixa.

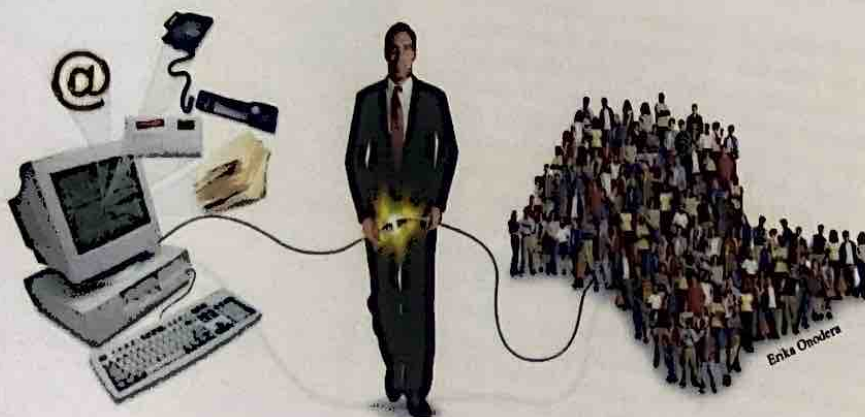
**SENHOR GESTOR:
PARA MAIS INFORMAÇÕES,
PROCURE O GERENTE DA
CAIXA DE SUA CIDADE.**

A CAIXA tem muito mais do que experiência em assessorar gestores de estados e municípios nos assuntos de previdência. A CAIXA tem história, tradição, compromisso com o crescimento do Brasil. Escolher a CAIXA como parceira é garantir eficiência e tranquilidade para o seu estado e município.

www.caixa.gov.br

CAIXA
Para você. Para todos os brasileiros.

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL



8 ENTREVISTA

Paulo Sérgio Varela, presidente da Prodesp

12 6º CBTIM

Edição 2005 do congresso sobre tecnologia da informação promete ser marco na história do evento

14 INTEGRAÇÃO

Apesar das adversidades, gestores aprendem a utilizar a TI na administração municipal

18 INTRAGOV

Rede de informações do Governo do Estado abre espaço para a participação das prefeituras

22 PROGRAM

Conjunto de sistemas desenvolvido pela Fundunesp é tido como boa solução para administração municipal

26 INCLUSÃO DIGITAL

Prefeituras tiram do papel projetos para o acesso da população à internet

28 FINANCIAMENTO

Instituições financeiras oferecem apoio para projetos com foco na modernização

32 ENQUETE

Dois especialistas – um em software livre e outro em proprietário – contam as vantagens de cada sistema

34 ARTIGO

O eGOIA e os municípios brasileiros

36 MEIO AMBIENTE

Como as cidades inseridas na área do Cinturão Verde preservam a região

40 APM RESPONDE

Dúvidas sobre o Direito Público e Administrativo

41 APOIO

APM coloca à disposição das prefeituras departamento com plantão jurídico

42 TCE

Participação dos municípios no Projeto Audesp começa em janeiro de 2006

44 RESGATE 50 ANOS

Chopin Tavares de Lima corda os tempos de secretários do Interior no governo Franco Montoro

45 ARTIGO

Quem julga os prefeitos?

46 IBGE

47 ARTIGO

Os benefícios dos secretários municipais

48 REPASSE

Ministro Palocci promete liberar recursos do Paes

49 INSTITUCIONAL

Diretoria da APM visita sede do Instituto de Pesquisas Tecnológicas e sela parceria

50 CASOS E CAUSOS

FALE CONOSCO

REDAÇÃO: Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.

Tel.: (11) 3879-8212 – Fax: (11) 3879-8203

E-mails: redacao@municipiosdesaopaulo.com.br /

marcio@editorasegmento.com.br (publisher)

Cartas: Rua Ministro Sinézio Rocha, 150

CEP 05030-000 – São Paulo – SP

MARKETING: Informações sobre promoções, eventos, reprints e projetos especiais. Tel.: (11) 3879-8220,

marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

PUBLICIDADE: Anuncie na Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo.

Tel.: (11) 3879-8216 e (11) 3879-8204

publicidade2@municipiosdesaopaulo.com.br

karencardial@editorasegmento.com.br

ASSINATURAS, RENOVACÕES E NÚMEROS ATRASADOS

Tel.: (11) 2165-9999 – Fax: (11) 2165-9986

www.apaulista.org.br



CONSELHO EDITORIAL

Celso Giglio
Antônio César Simão
Carlos Alberto Cruz Filho
Aquevirque Antônio Nholla
José Mauro Dedemo Orlandini



PRESIDENTE: Edmilson Cardial
VICE-PRESIDENTE: Roberto Müller Filho
DIRETOR-EDITORIAL: Luciano do Carmo
DIRETORA DE CIRCULAÇÃO: Rita Martinez
DIRETOR COMERCIAL: Márcio Cardial

Municípios
A Revista de Desenvolvimento Público e Gestão

PUBLISHER: Márcio Cardial
marcio@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

EDITORA: Rachel Bonino
redacao@municipiosdesaopaulo.com.br

EDITOR DE ARTE: Rogério Lobato

Loconte

DIAGRAMAÇÃO: Flora Rio Pardo

ARQUIVO FOTOGRAFICO: Gabriela Freitas

CAPA: Tips Images

REVISÃO: Maria Stella Valli

PRODUÇÃO GRÁFICA: Jabes T. Pedrosa e Ivan Santana

CONSULTORIA: Christo, Manesco & Associados

PUBLICIDADE

GERENTE DE PUBLICIDADE: Karen Cardial
karencardial@editorasegmento.com.br

EXEC. DE NEGÓCIOS: Mário Nasser
publicidade2@municipiosdesaopaulo.com.br

MARKETING: Bruno Orsini
marketing@municipiosdesaopaulo.com.br

REPRESENTANTES COMERCIAIS:

Brasília
Singular Publicidade
Magda Dias (61) 3344-5181
brasilia@editorasegmento.com.br

Bahia
Aura Publicidade
Cesar Silveira (71) 3345-5600
csilveira@aurabahia.com.br

Paraná
Marisa Oliveira (41) 3027-8490
parana@editorasegmento.com.br

Rio de Janeiro
Heliane Antonello (21) 2226-5721
brasilia@editorasegmento.com.br

REDAÇÃO

Editora Segmento
Rua Ministro Sinézio Rocha, 150,
CEP 05030-000, São Paulo, SP
Tels.: (11) 3879-8200/8212
Fax: (11) 3879-8203
www.editorasegmento.com.br

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

ANER
NÚMERO 01/01

ANATEC
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS

+Apresentação

O Sigma surgiu no final de 1990. Foi criado em meio a mudanças propostas pela Conferência de Jointem, na Tailândia, realizada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Acompanhando o novo caminho da Educação, o Sistema baseia-se em quatro eixos: o ser, o conviver, o fazer e o aprender, trabalhados em atividades selecionadas que aliam o conhecimento a propostas desafiadoras e significativas. As ilustrações e os encaminhamentos sugeridos nos temas abordados objetivam a construção de um estudante investigador, ativo, criativo e responsável.

O Sigma foi criado com a consciência de ser escrito para todo o Brasil, portanto aborda diferentes aspectos regionais, culturais, raciais, religiosos e de gênero.

+Educação Infantil

A equipe que elaborou as atividades de Educação Infantil partiu de experiências em sala de aula e de teorias de educadores como Piaget, Vigotsky, Ferreiro, Wallon entre outros.

O Sigma tem o objetivo de oferecer o melhor ao aluno, bem como subsídios que facilitem o trabalho docente, contribuindo para a formação de crianças que tenham uma boa imagem própria, sintam prazer em ler e escrever e que desenvolvam uma boa oralidade.

O material é composto por atividades adequadas a cada faixa etária e por um kit com itens necessários à realização das mesmas, como lixa, folhas de recorte, jogos em papel-cartão e papéis coloridos.

O Maternal e o Jardim I são apresentados em folhas individuais com tamanho que facilitam o manuseio.



+Atendimento

(11) 3803.9221

Rua Gal. Souza Neto, 150 - Penha

Rua Dr. Cândido Espinheira, 560
4º andar - Perdizes

Fone/fax: 6941.0599

suplegraf@suplegraf.com.br

www.suplegraf.com.br

Somando valores



+Material

O material didático foi elaborado por educadores comprometidos com as mudanças e tendências adotadas para a educação nacional, baseados em suas experiências cotidianas em escolas como professores, coordenadores ou formadores.

Os materiais possuem um projeto gráfico moderno, caracterizado especialmente pela leveza com que são integrados textos, ilustrações e espaços.



+Ensino Fundamental

São resultados desse segmento de ensino a elevação da auto-estima, o gosto pela investigação e a continuidade do desenvolvimento da escrita, leitura e oralidade. O material é dividido em quatro apostilas-caderno por série.

Alguns Diferenciais

Estudo de caso: educandos são colocados em situações do cotidiano para que, individualmente ou em grupo, proponham soluções;

Leitura Complementar: textos de aprofundamento associados aos temas transversais;

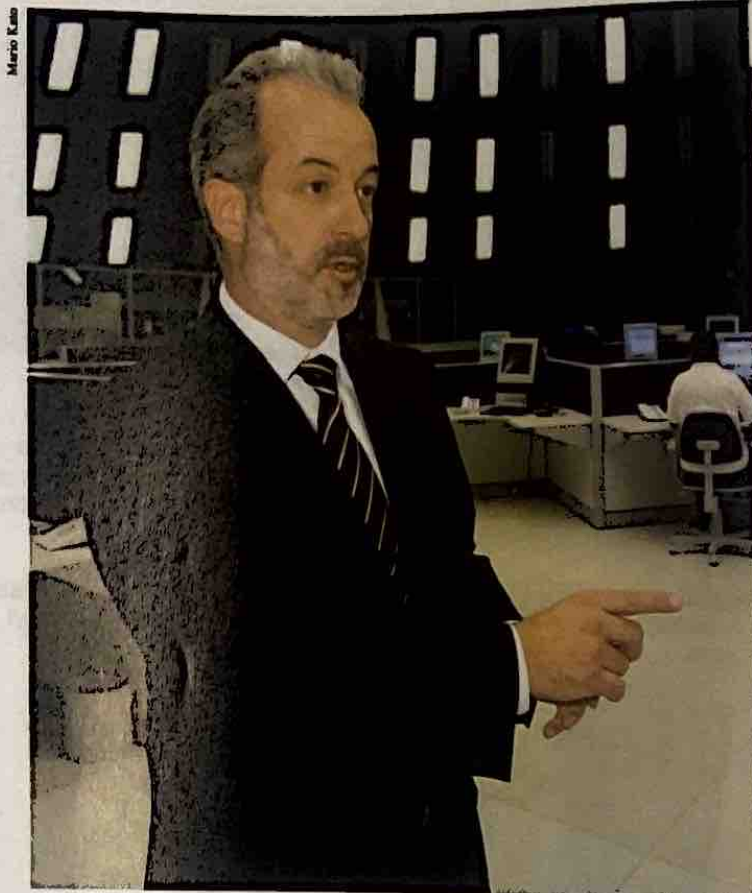
Matemática no cotidiano: aproxima o componente curricular ao dia-a-dia do estudante, permitindo um trabalho interdisciplinar.

História: tratada por temas, favorecendo a compreensão do processo histórico como um todo.

+Ensino Médio

Oferecemos:

- Encontro pedagógico para implantação do material do município;
- Capacitação para o corpo docente no município;
- Atendimento pedagógico para professores, coordenadores e diretores no município;
- Acompanhamento do desenvolvimento escolar do aluno;
- Suporte pedagógico pelo sistema 0800.



Sob o comando do diretor-presidente Paulo Sérgio Varella, a Prodesp trabalha hoje no seu entrosamento com as prefeituras paulistas

Varella no Data Center: estrutura da Prodesp é referência no País

A vez da prefeitura

Este ano, a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo completou 36 anos de existência. A Prodesp de hoje em nada lembra o início numa sala emprestada no prédio da secretaria da Fazenda, no centro de São Paulo, com apenas dois funcionários e sem equipamentos.

No amplo terreno que ocupa em Taboão da Ser-

ra, a empresa parceira do Governo do Estado produz tecnologia que abastece e concentra inteligência no desenvolvimento de soluções para hospedagem e gerenciamento de computadores e sistemas, monitoramento de redes, assessoria técnica e treinamento ao gestor público. Com a produção de tecnologia garantida – e reconhecida até por ISO 9001, no caso do

Data Center –, a Prodesp trabalha hoje para atingir nível de excelência em outro nicho: o de atendimento às prefeituras paulistas. O atual diretor-presidente, Paulo Sérgio Varella (que assumiu o posto em 2003), trabalha há 20 anos na Prodesp e admite: “Ainda falta entrosamento.” Em sua gestão, a empresa está sendo mobilizada para dar foco ao relacionamento.

Passo importante foi dado o ano passado, com a criação de um departamento para suprir as demandas municipais.

Na entrevista à *Municípios de São Paulo*, Varella fala sobre o atendimento da Prodesp às prefeituras e como os gestores municipais podem pleitear apoio técnico para conseguir desenvolver um projeto de gestão mais moderna.

Na sua opinião, qual o entendimento das prefeituras sobre informatização e Tecnologia da Informação (TI)?

Algumas prefeituras grandes já avançam bastante, mas muitas ainda precisam evoluir. O governo do Estado por meio da Prodesp pode colaborar com a gestão municipal implantando sistemas que já foram aprovados e que são usados dentro da máquina estadual. Se têm resultados positivos para o Estado – transparência, eficiência, desburocratização e modernização da área –, então também servem para os municípios.

Como é o relacionamento entre prefeitura e Prodesp hoje?

Está evoluindo, se estreitando. A empresa tem participado de alguns eventos para o público municipal e apresentado suas soluções. Os gestores estão vendo a importância da tecnologia da informação na sua gestão. Isso faz com que eles corram atrás de soluções. E o Estado de São Paulo pode contribuir, através da Prodesp.

Mas ainda falta entrosamento. As necessidades de implantar soluções para melhorar a gestão municipal são muito grandes. Por isso, a Prodesp criou no ano passado uma unidade para atendimento de prefeituras. A partir daí estamos fazendo um trabalho mais estruturado de divulgação, com envio de mala-direta para as prefeituras para alertá-las sobre as soluções de governo eletrônico para os municípios.

Existe algum programa de divulgação de todos os serviços oferecidos pela Prodesp aos municípios?

De todos os projetos não, mas daqueles que a gente acha que têm condição de ser implantados a nível municipal. Como por exemplo a Rede Intragov, a Farmácia Eletrônica e a Bolsa Eletrônica de Compras. Em alguns projetos do Estado, temos tentado baixar a plataforma e otimizar soluções para os municípios. Existem iniciativas que servem para cidades grandes, outras precisam ser adaptadas.

Muitos prefeitos têm procurado a Prodesp para conhecer o Data Center [*infra-estrutura para hospedagem de computadores e sistemas*] e as vantagens em caso de migração de servidores para cá, por exemplo.

Existe algum entrave para a instalação desses projetos atualmente?

Sentimos que existe uma resistência por parte dos municípios em adotar a BEC. O prefeito não gosta de comprar na Bolsa porque há o entendimento de que ela “abre muito” o leque de fornecedores, e a intenção da prefeitura é trabalhar com o comerciante local. É uma questão de cultura e de política. O prefeito tem que entender e passar para os seus fornecedores as vantagens do cadastro na BEC. No começo da implantação da Bolsa, a Casa Civil organizou um pregão para compra de cartucho de tinta para impressora. O negócio foi fechado com uma papelaria

SERVIÇOS OFERECIDOS PELA PRODESP

Sistema de emissão e controle de multas municipais - Automatiza atividades relacionadas ao controle e cobrança de multas municipais de trânsito.

Data Center e central de atendimento Prodesp - Infra-estrutura para hospedagem de computadores e sistemas, com acesso às informações 24 horas durante todo o ano. Oferece, ainda, serviço de suporte telefônico personalizado.

Farmácia eletrônica - Racionaliza a distribuição de medicamentos a pacientes em tratamento em hospitais e centros de saúde.

Acessa livre - Solução flexível baseada em software livre para implantação de programas de inclusão digital.

Intragov - Rede de comunicação que permite transmissão de dados, voz e, futuramente, imagens em alta velocidade e com total segurança.

GuiarH - Solução oferece informações funcionais e financeiras do quadro de pessoal.

Sistema integrado de controle financeiro - É composto pelos módulos orçamentário, financeiro, contábil e de contratos.

Sistema de controle patrimonial - Executa o controle físico e contábil de bens patrimoniais.

Sistema de controle de estoque - Realiza o controle físico e contábil de almoxarifados.

Desenvolvimento de competências comportamentais - Programas de treinamento comportamental voltados à excelência no atendimento.

Infra-estrutura de redes (elétrica e logística) - Montagem de interligação de computadores.

Sistema de Gestão do ISSQN (Em breve) - Controle sobre a arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

de Ribeirão Preto. Se os comerciantes entenderem assim, eles não vão temer a "invasão" de fornecedores de fora, vão sim buscar soluções para se tornar mais competitivos. Assim, eles venderão até para o Estado. Os secretários e membros de governos que dão palestras sobre o assunto têm falado muito da importância da Bolsa. Mas importante também é o prefeito ter esse conhecimento para passar ao comerciante local.

Com relação à Intragov, as prefeituras reclamavam do custo de manutenção. Agora, esse custo está caindo. Com a nova licitação fechada com a Telefonica, o sistema – que já possuía 5,7 mil links instalados – passará a ter capacidade para ativar 18 mil links em cinco anos. Além disso, o pregão realizado para esse contrato abaixou o valor pago para a empresa, que antes era em torno de R\$ 6 milhões com o uso de 6,4 mil links, e que agora será de R\$ 3,6 milhões por mês para 13 mil links. Todos os clientes que utilizarem a Rede Intragov a partir do ano que vem terão um custo menor.

Como o senhor avalia a integração e o compartilhamento de dados municipais e estaduais? O que precisa mudar, evoluir?

Isso já está sendo feito. Na área de educação, o GDAE

[Sistema de Gestão Dinâmica da Administração Escolar] – em fase implantação –, irá agilizar a administração das seis mil escolas estaduais. Com a municipalização do ensino, várias prefeituras já utilizam esse sistema. Tecnicamente, a integração funciona e qualquer solução pode ser adequada. O que precisa é haver um convênio entre a prefeitura e as secretarias específicas, que são as detentoras das informações e que nos contratam para executar a integração. O próprio sistema de multas é outro caso de integração: multas municipais são colocadas numa mesma base de dados junto com as multas estaduais.

O departamento da Prodesp de atendimento às prefeituras está aberto a qualquer tipo de solicitação das administrações?

Essa unidade foi criada exatamente para isso. Em muitos fóruns, após a apresentação dos serviços oferecidos pela Prodesp, percebíamos que as pessoas ficavam soltas. Elas entravam em contato com diferentes departamentos da empresa e aquilo não evoluía. O departamento foi criado para centralizar as demandas. Basta o prefeito procurar pelo Maurício Gallo, que é o gerente responsável, e colocar a sua proposta.

FALA, PREFEITO

Prefeito Edinho Araújo, de São José do Rio Preto:

Qual a participação do Prodesp no Poupatempo, uma vez que uma unidade será implantada em São José do Rio Preto?

A participação da Prodesp nos projetos Poupatempo é total. A Prodesp faz a implantação e o gerenciamento dos postos. A prefeitura de Rio Preto esteve em reunião com a equipe técnica da Prodesp para discussão e definição do local onde a nova sede do Poupatempo seria instalada. Desacomodamos a instalação de postos em prédio pois a verticalização torna o acesso muito difícil ao cidadão. As pessoas que gerenciam os postos Poupatempo são da Prodesp. Se for feita parceria com a prefeitura, os postos podem também abrigar o atendimento para serviços prestados pelas próprias prefeituras.

Prefeito José Onério da Silva, de Indaiatuba:

A Prodesp está preparada para uma interligação on-line com centrais de monitorização de câmeras de segurança instaladas nas entradas das cidades, para detectar veículos roubados?

Não só para detectar veículos roubados como também os irregulares. A Prodesp, em parceria com a

secretaria da Fazenda e a secretaria da Segurança Pública, desenvolve um projeto-piloto que já resultou na apreensão de carros roubados e um grande número de veículos irregulares nas rodovias Bandeirantes e Raposo Tavares. Trata-se de um projeto em andamento e a Prodesp vai abrir uma licitação em breve para compra de um sistema informatizado de reconhecimento de placas, conhecido por OCR [sigla em inglês para reconhecimento óptico de caracteres]. Ainda não temos essa especificação técnica, por isso vamos abrir licitação para encontrar a melhor empresa que possa prestar esse serviço, mas utilizando a nossa base de dados em parceria com as secretarias.

Prefeito Elói Pietá, de Guarulhos:

Quais os projetos da Prodesp para os municípios que possuem sistemas próprios de informação na área de educação? Haverá mais integração entre o sistema estadual e municipais?

Aí é uma questão de avaliação. Se uma secretaria municipal quiser utilizar o sistema dela ou quiser contratar o da Prodesp para instalar os seus servidores aqui no Data Center, isso pode ser feito. É uma questão de escolha e depois de integração. ■

Sistema de Gerenciamento Físico e Financeiro de Projetos de Desenvolvimento



**SOFT
WAY**

Soluções e Software para
Comércio Exterior

GP SYS - Ferramenta de Gestão 100% WEB

O GP SYS possibilita o acompanhamento efetivo dos indicadores físicos e financeiros, da elaboração até a entrega, e facilita a execução e o monitoramento dos projetos em três níveis: gerencial, regional e local. Ideal para projetos ligados a bancos de fomento nacionais e internacionais, como BID, BIRD e BNDES.

Softcomex Informática Ltda
Rua Conceição, 233 • CJ. 609 • Centro
CEP 13010-050 • Campinas • SP
Tel (19) 3739-9200 • Fax (19) 3739-9240
e-gov@sfw.com.br
www.softcomex.com.br

Além da solução GP Sys, a Softway é uma empresa especializada no desenvolvimento de soluções de software para operação, controle e gerenciamento nos diversos segmentos da área de comércio exterior: Importação, Exportação, Câmbio Importação e Câmbio Exportação, além do controle e gerência dos regimes especiais propostos pela Receita Federal, como Drawback, Recof e Linha Azul, e Entrepasto Aduaneiro Industrial. A Softway atua também na área de rastreabilidade animal com a solução Trace Sys.

O futuro no 6º CBTIM



Promovido pela APM, Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios promete ser marco na história do evento

Com o tema Municípios.com, a 6ª edição do CBTIM promete ser a maior já organizada pela Associação Paulista de Municípios. Para garantir o objetivo de levar informação consistente sobre as novidades na área da tecnologia aplicada na administração pública, o congresso terá grade de programação extensa e concorrida feira de expositores. O evento acontece nos dias 5, 6 e 7 de dezembro, no Frei Caneca Convention Center, em São Paulo e terá o apoio do Governo do Estado de São Paulo e, patrocínios do Banco Nossa Caixa e da Telefonica.

Estarão presentes à sessão solene de abertura o atual presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Rodrigo Garcia; o vice-governador do Estado, Cláudio Lembo; o secretário da Casa Civil, Arnaldo Madeira, entre outras autoridades.

“As informações sobre informática são muitas e evoluem muito rápido. Para acompanhar essa ascensão, os gestores precisam de atualização frequente, daí a importância da presença no congresso”, convida o presidente da APM, Celso Giglio. Ele recorda que a associação foi pioneira na

organização de um congresso que abordasse a questão da tecnologia na administração pública. “A cada ano ampliamos nossa meta de público, e a expectativa é muito grande”, vibra.

Alistas da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), da Fundação de Desenvolvimento Admi-

Evento acontece nos dias 5, 6 e 7 de dezembro no Frei Caneca Convention Center

Na grade de programação do evento, os temas abordados mostrarão como a informática está ligada às ações de qualquer departamento, da saúde à educação, do planejamento à assistência social. Espe-

nistrativo (Fundap) e das Secretarias de Estado da Casa Civil e da Fazenda ministrarão as palestras marcadas para os três dias de encontro.

Além do público formado por prefeitos, vereadores,

secretários e diretores municipais de todo o Brasil, o CBTIM dará espaço também aos profissionais liberais das áreas de interesse nas gestões municipal, estadual e federal, e aos universitários de cursos de administração pública e de análise de sistemas.

“Convidar esse público de estudantes será importante para criar uma cultura de frequência ao congresso. Os temas abordados também são de interesse desses futuros profissionais”, explica Carlos Cruz, diretor da APM e membro da coordenação do CBTIM.

Na exposição anexa de produtos, serviços e tecnologias, os visitantes tomarão contato com os lançamentos em softwares e soluções integradas oferecidas pela iniciativa privada.

Ao final do congresso, será entregue o 1º Prêmio Excelência em TI, dedicado

ao profissional, escolhido pela APM, que se destacou no ano com o trabalho de tecnologia na área da administração federal, estadual ou municipal.

Feito o convite, a APM conta com a sua participação, gestor municipal.

Bom congresso! ::

PROGRAMAÇÃO

DIA 5 - GESTÃO	
Horário	Painel
9h às 10h	Recepção e credenciamento
10h às 12h	Sessão solene de abertura presidida pelo presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, deputado Rodrigo Garcia, e vice-governador do Estado de São Paulo, Cláudio Lembo, e demais autoridades convidadas. Município.gov - Palestrante: deputado Arnaldo Madeira, secretário chefe da Casa Civil
12h às 12h30	Abertura da exposição de produtos, serviços e tecnologias
12h30 às 14h	Almoço
14h às 15h20	Gestão, Município e Cidadão eGOIA Qualidade no Atendimento ao Cidadão
15h20 às 15h35	Intervalo
15h35 às 16h30	Gestão em Capacitação Capacitação em compras Educação a distância
16h30 às 18h	Gestão em Compras Compras Eletrônicas BEC Sistema de Gerenciamento de Licitações
18h às 20h	Visita aos estandes

DIA 6 - SAÚDE - EDUCAÇÃO SEGURANÇA - FINANÇAS INCLUSÃO DIGITAL	
Horário	Painel
9h às 10h30	Segurança Pública Sistemas em segurança pública e-Detran
10h30 às 10h45	Intervalo
10h45 às 12h30	Gestão em Saúde Sistema de Gestão Hospitalar - SIGH Agendamento de consultas Farmácia Eletrônica Análises laboratoriais
12h30 às 14h	Almoço
14h às 15h20	Administração Escolar Administração Escolar - GDAE Produtos e serviços - Projeto SEE Rede do Saber
15h20 às 15h35	Intervalo
15h35 às 16h30	Gestão em Inclusão Digital Inclusão Digital Acessa São Paulo
16h30 às 17h30	Melhoria da Arrecadação Municipal Educação fiscal Geoprocessamento
17h30 às 18h30	Legislativo municipal - Interlegis
18h30 às 20h	Visita aos estandes

DIA 7 - INFRA-ESTRUTURA GOVERNANÇA EM TI	
Horário	Painel
9h às 10h	Segurança da Informação e de Rede Redes Seguras - Wireless Segurança de Redes - Network Forense
10h às 11h15	Certificação Digital Certificação Digital - I Certificação Digital - II Certificação Digital - III
11h15 às 11h30	Intervalo
11h30 às 12h30	Infra-estrutura Data Center Intragov
12h30 às 14h	Almoço
14h às 14h30	Interoperabilidade - Bate-papo entre Sistemas e-GOV Center e-PING
14h30 às 15h20	Audesp
15h20 às 15h35	Tribunal de Contas do Estado
15h35 às 16h30	Intervalo
16h30 às 18h	TI - A Relação das Instituições Financeiras com os Municípios Papel das Empresas Estaduais de TI no Apoio aos Municípios
18h	Entrega do 1º Prêmio CBTIM - Excelência em TI. Posse do Conselho Consultivo da APM. Sessão solene de encerramento presidida pelo Dr. Geraldo Alckmin, governador do Estado de São Paulo e presença de demais autoridades

De tecla em tecla

Defendida por especialistas e administradores públicos, em todo o País, a Tecnologia da Informação tem mobilizado instituições do governo e da iniciativa privada empenhadas em acelerar a informatização pelo Estado brasileiro. Pesquisas que pretendem traçar um panorama do crescimento do uso da informática nas prefeituras ainda estão em andamento e poderão auxiliar a implantar ações que beneficiem a modernização tecnológica dessas administrações.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará no final deste ano o resultado de um estudo feito com as 5.560 prefeituras do País, que avaliará o uso da internet e da informática nas práticas administrativas municipais. A última pesquisa sobre o assunto foi divulgada pelo instituto no final de 2002, e mostrou que apenas 22,7% dos municípios tinha provedor de internet. O correio eletrônico ganhou em popularidade entre os municípios pesquisados: cerca de 75% das prefeituras brasileiras possuíam e-mail, enquanto 25% mantinham página na internet.

Apesar das barreiras financeiras e de conhecimento, os gestores aprendem a trabalhar com a Tecnologia da Informação no âmbito municipal

Por Regina L. Diniz

A pesquisa mostrou ainda que os índices de informatização mais altos estavam nas áreas de saúde e finanças, 76,6% dos municípios possuíam cadastros e bancos de dados de saúde e em 95% dos municípios as folhas de pagamento e contabilidade eram feitas por computador. Por outro lado, apenas 9,7%

dos municípios tinham informações geográficas informatizadas, mapeamento digital.

Para o supervisor estadual de disseminação de informações do IBGE-SP, Antonio Luiz Leme, o mais recente estudo feito pelo instituto, em 2003, mostra que os municípios não avançaram muito em

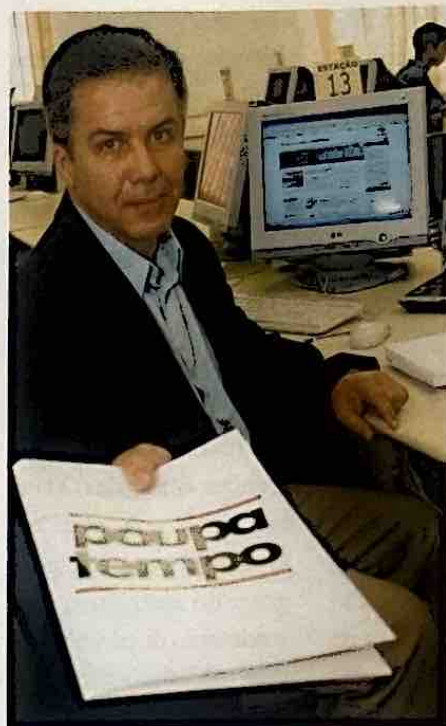
relação a 2001; alguns itens levantados nos municípios, como coleta de imposto, IPTU e o sistema de informação geográfica, não apresentaram bons níveis de informatização. “Esta realidade não só dificulta a prestação de serviços pela administração pública como prejudica a arrecadação do município”, afirma o super-



visor do IBGE-SP.

As áreas mais urbanizadas lideraram a concentração do uso da tecnologia nas administrações públicas municipais nas duas pesquisas realizadas pelo IBGE. O estudo realizado em 2001 mostrou que os provedores de acesso à rede estão situados, em sua maioria, nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Em estados como o Rio Grande do Norte, apenas 2% dos municípios tinham acesso a esse serviço.

Outro estudo que está sendo desenvolvido pela Fundação do Desen-



Gregório, do epoupatempo: das 645 cidades, 450 estão ligadas precariamente à internet

volvimento Administrativo (Fundap), vinculada à Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, tem constatado dados parecidos

ao do IBGE. "Ainda não formalizamos o levantamento das informações, mas observamos que das 645 prefeituras paulistas 450 estão ligadas precariamente à rede de internet, conectadas com modelos domésticos, 256 K, ou não têm nenhum tipo de link banda larga", afirma o coordenador do programa epoupatempo, Álvaro Gregório. Segundo o especialista em administração pública da Fundap, há alguns anos o Governo do Estado de São Paulo tem disponibilizado serviços como a Rede Intragov, Bolsa Eletrônica de Compras e

consultoria para as administrações municipais. "No entanto, poucos gestores procuram os órgãos estaduais para se beneficiarem dos recursos tecnológicos oferecidos aos municípios, dificultando a integração dos sistemas pretendida pelo Estado", diz.

O pesquisador informa que muitas cidades mantêm seus websites com objetivos restritos, como o de fazer propaganda de governo ou apenas oferecer informações turísticas e de obras realizadas. Outros municípios têm páginas estáticas na rede, sem atualização. Gregório cita algumas exceções, como



Leme, do IBGE: falta de informatização prejudica arrecadação dos municípios

a prefeitura de Sud Menucci, oito mil habitantes, que há pelo menos quatro anos implantou uma rede wireless gratuita para os municípios; e a de Santa Cruz do Rio Pardo, 42 mil



habitantes, onde o prefeito mantém um canal aberto de comunicação no Orkut com a comunidade.

No Estado do Paraná, a realidade é bem parecida. Segundo o consultor do Programa de Educação Paraná Digital, professor Archineves Maranhão, os prefeitos subestimam o valor da própria comunicação e serviços oferecidos pela Tecnologia da Informação. Segundo ele, os adminis-

tradores públicos tratam a informática como algo sofisticado, que demanda altos gastos para as gestões, sem terem consciência da qualidade e benefícios que essa tecnologia pode oferecer a sua administração.

COMPARTILHAR TUDO

Freqüentemente, os prefeitos têm de se comunicar por telefone ou pessoalmente com os seus assessores, por desconhecimento das vantagens do uso da tecnologia", afirma. Atualmente, o consultor dedica-se ao desenvolvimento do Programa de Educação Paraná Digital, que pretende unificar todas as escolas públicas estaduais em uma única rede de comunicação.

Para o professor titular da Escola de Administração de Empresas de São Paulo e coordenador do TecGov - Centro de Estudos em Tecnologia da Informação para Governo, da Fundação Getúlio Vargas, Norberto Torres, vivemos um período de profundas transformações na forma de os órgãos públicos operarem, com consequências de alto impacto sobre o atendimento ao cidadão, redução de custos operacionais, e maior agilidade nos processos administrativos.

Para ele, uma das mudanças mais significativas é a ampliação das fronteiras entre as instituições, públicas e privadas. "Alargaram-se os limites tradicionais das organizações, trazendo uma nova e forte demanda por flexibilidade", explica o professor. Em seu artigo "O

governo eletrônico (e-gov) em municípios: os obstáculos atuais e as oportunidades dos serviços compartilhados", ele ressalta que um dos principais problemas na gestão pública de forma geral, e principalmente nos municípios, é a morosidade e a burocracia nos processos administrativos e de atendimento ao cidadão. "Cremos que somente o compartilhamento de recursos, sistemas e serviços poderá dar condições para que municípios não muito grandes, abaixo de 600 mil habitantes, possam ter um alto nível de serviços de governo eletrônico e de automação de processos de governo", diz o texto.

O compartilhamento de informações e recursos



Torres, da FGV: modernização traz ampliação das fronteiras das instituições

gestor público municipal deve adotar", orienta Gerth.

Unânicos ao defender a modernização dos sistemas administrativos públicos quando a Tecnologia da Informação, os especialistas recomendam um passo-

Modernização do setor público impacta diretamente o atendimento ao cidadão

também é defendido pelo consultor do Núcleo de Apoio do Comitê de Qualidade em Gestão Pública do Governo do Estado de São Paulo, Edward Gerth. "Aprender com os acertos e com os erros dos colegas, e procurar conhecer quais os serviços que os governos estaduais disponibilizam para seus municípios, são algumas atitudes que um

a-passo para início dos trabalhos: a unificação dos sistemas de software; o planejamento dos investimentos com informática e telecomunicação; a troca experiências com outras administrações municipais; a eleição de um modelo tecnológico e empenho para dar continuidade dos projetos, do esboço até a sua implementação. ■■



Gerth, da CQGP: gestor deve compartilhar informação e recursos

tradores públicos tratam a informática como algo sofisticado, que demanda altos gastos para as gestões, sem terem consciência da qualidade e benefícios que essa tecnologia pode oferecer a sua administração.

"Além disso, falta integração entre os sistemas usados por uma mesma prefeitura. Há micros espalhados pelas secretarias e gabinetes, que não se comunicam.



ITEC[®]

INSTITUTO DE ESTUDOS TÉCNICOS
PESQUISAS E PROJETOS PARA
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL



Educação Participativa

- Elaboração e Desenvolvimento de Material Didático Personalizado para Educação Infantil (pré-escola 4 a 6 anos), Ensino Fundamental (1ª a 8ª séries), EJA e Fornecimento de Material Complementar com vistas à adequação do conteúdo às características da cidade e região;
- Assessoria Pedagógica e Psicológica Continuada com profissionais especializados;
- Capacitação para Docente de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Gestão Escolar visando melhorias na qualidade de ensino;
- Capacitação para Funcionários de Secretarias Municipais;
- Elaboração de Oficinas, Encontros, Cursos, Seminários, Palestras e Eventos, adaptados às necessidades e dificuldades de cada instituição contratante;
- Elaboração de Planos de Carreira e Estatutos do Magistério;
- Implementação de Gestão Escolar Informatizada -100% web.
- Assessoria Financeira, Orçamentária e Contábil conforme dispõem as Leis N° 4.320/64 e 01/00 LRF.



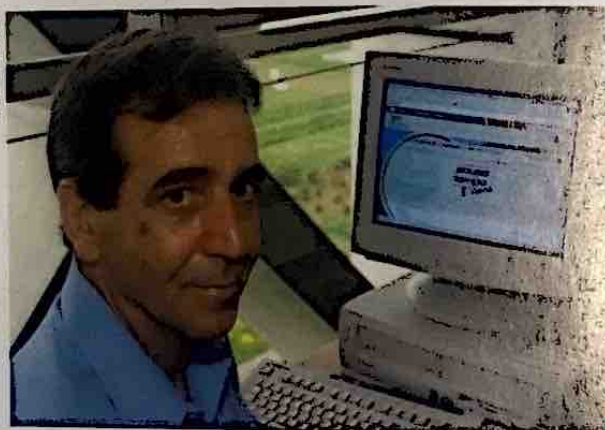
Hora de cair na rede

Meta de projeto de infra-estrutura de Governo Eletrônico de São Paulo – a Rede Intragov – é ser absorvida pelos governos municipais

Por Rachel Bonino

Uma rede de comunicação que compartilha os dados dos órgãos do Estado. Desde 2001 – ano de sua implementação –, a Rede Intragov tem como objetivo principal a integração entre as mais de 20 mil unidades administrativas estaduais, como delegacias, presídios, hospitais, postos fiscais e escolas. Incluída no projeto de Governo Eletrônico paulista, a rede também recebeu adesões de órgãos dos outros poderes, e não só do Executivo: ela já está em Tribunais de Justiça, Assembléia Legislativa e outros pertencentes ao Legislativo e Judiciário.

Em julho deste ano, a Intragov reafirmou seu compromisso de integração ao renovar contrato, por mais cinco anos, com a



Pontes, da Prodesp: preço da Intragov varia de acordo com a quantidade de serviços solicitados

Telefonica Empresas para manutenção e expansão da rede. Além de atingir o número de 18 mil links ativados – no início eram 7 mil links –, o novo contrato dá a possibilidade de implantação de redes convergentes e transmissão de dados, voz e imagem. Houve também a troca de tecnologia aplicada: de Frame Relay passou para

IP MPLS, o que resulta em um ganho de 50% a mais velocidade de um acesso. Com as mudanças feitas, implanta-se um conceito de Rede Multiserviços, que está em fase

de transição; já que desde a assinatura do novo acordo, em agosto último, ficou estabelecido um período de um ano para adaptação às novas alterações.

Com o novo contrato muda também o formato de administração. Antes, a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), empresa desenvolvedora da Intragov, fazia uma gestão mista com a Telefonica, comprometendo-se também com a parte de operacionalização dos circuitos. Agora, a empresa estatal terceirizou essa etapa. “Vamos deixar

Pelo contrato renovado com a Telefonica, Intragov terá acesso a 18 mil links ativados

de gastar em manutenção de equipamentos para focar mais no desenvolvimento de recursos de TI, na gestão da rede e na administração do contrato”, explica Marcos Tadeu Yazaki, gerente

da Rede Intragov. Seguindo essa linha de trabalho, serão criados dois portais de relacionamento: um administrativo, com informações relativas aos processos, como o faturamento ao tráfego de rede; e outro, de gerenciamento, pelo qual todos os órgãos farão suas solicitações de acessos, mudanças de configurações, além de poder acompanhar por ali a saúde da rede.

Do ponto de vista econômico, a questão da remuneração também mudou. Pelo novo contrato, ficou estabelecido um preço fixo

de 40% do valor da rede para remunerar os acessos. Os outros 60% da conta são variáveis, e será levado em conta o tráfego efetivo de informações por linha contratada. "É justo para quem vende e para quem paga", afirma Yazaki.

OUTRO FILÃO

Além de melhorar o relacionamento já existente entre secretarias e autarquias, o grupo de coordenação da Intragov aproveita a fase de mudanças no contrato para atrair outro grupo para participar da integração:

o das prefeituras. Desde o ano passado, cerca de 17 delas já aderiram à rede e outras 60 já entraram em contato com a Prodesp para obter maiores informações. "A adesão é possível desde

exemplo. É preciso buscar ou trocar informações com o governo. Tem que haver um relacionamento", explica Yazaki.

Aderir à Intragov é o primeiro passo que uma

Desde o ano passado,
cerca de 17 prefeituras já
aderiram à Rede Intragov

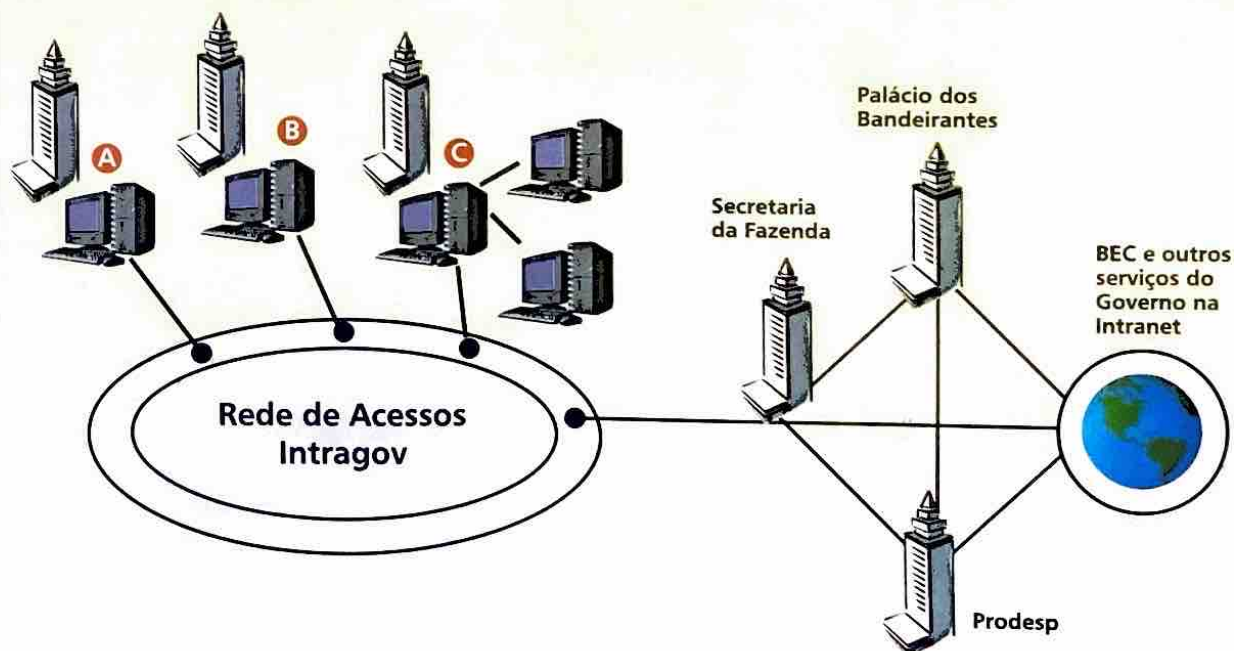
que haja interesse mútuo, da prefeitura e do governo. A prefeitura não deve aderir para simplesmente montar uma intranet, por

prefeitura precisa dar para ter acesso aos projetos informatizados do Estado, como a Rede do Saber (programa de ensino a

OS ATORES DA INTRAGOV

A Intragov é a rede de comunicação do Governo do Estado de São Paulo criada para otimizar a gestão e gerar eficiência administrativa. Desenvolvida pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (Prodesp), a rede é administrada também pelas secretarias de Estado da Casa Civil e da Fazenda. Para os municípios, a rede oferece suporte para aplicações de voz, imagem e som, acesso aos sistemas de administração pública para diversas áreas (saúde, educação, finanças etc), além do acesso à internet.

PREFEITURAS



distância, por videoconferência), postos Poupatempo, sistemas de informatização de Ciretrans e seções de Trânsito, e softwares de modernização de delegacias, escolas, postos de saúde e postos fiscais. Além disso, as prefeituras – com esse novo contrato – poderão utilizar a Intragov para atender a qualquer projeto próprio de informatização da administração municipal e também de acesso à internet. “No caso dos municípios que venham a utilizar os produtos e serviços da Prodesp, como a hospedagem de computadores e sistemas no Data Center da empresa, a utilização de links da Intragov facilitará o acesso às informações ali armazenadas”, explica o secretário de Estado da Casa Civil, Arnaldo Madeira.

Mas qual é a grande dúvida dos prefeitos para instalar a Intragov? “Eles têm que se comprometer com o custo da rede. O governo disponibiliza os recursos mas a prefeitura tem de pagar uma tarifa fixa mensal. Muitas delas ainda têm dúvidas sobre assumir essa despesa”, conta Eduardo Pontes, coordenador do grupo de administração da Rede Intragov. O mínimo que uma prefeitura terá de desembolsar para aderir à rede

está por volta de R\$ 2 mil no primeiro mês, e depois, a partir do segundo mês, parcelas fixas de R\$ 400. O máximo a ser pago é R\$ 2,8 mil, inicial, e cerca de R\$ 1 mil ao mês. Os preços variam de acordo com a quantidade de serviços que o município está disposto

O ACESSO À INTRAGOV

Não existe limitação física para instalação da Intragov em São Paulo. Todos os municípios podem solicitar o acesso. Pelo novo contrato, a Telefonica tem um prazo de 60 dias para instalar a rede, independentemente de o local ter ou não estrutura física. O acesso poderá ser viabilizado por terra (fibra ótica), por radiofrequência e por satélite. A instalação só acontecerá depois de aprovada pela secretaria da Casa Civil. Os gestores municipais interessados no projeto podem acessar o Manual de Orientação às Prefeituras para Adesão à Intragov, disponível para download no site www.intragov.sp.gov.br. Ali, encontrarão a relação de documentos necessários e que devem ser enviados à secretaria.



Yazaki, da Prodesp: com novo contrato, empresa vai deixar de gastar com manutenção

a utilizar. “Diante de todas as vantagens da Intragov, o município consegue justificar essa despesa”, afirma Pontes. A equipe coordenada pelo técnico orienta as prefeituras interessadas na rede mas que não sabem bem quais serviços podem caber no seu orçamento e ser úteis para sua administração.

Responsável pela área de atendimento das prefeituras dentro da Prodesp, Maurício Gallo Fausto acredita que a adesão de prefeituras só não é maior ainda por conta da desinformação dos gestores em torno da Intragov. A participação no 6º CBTIM é aguardada com expectativa por esse motivo: “Vamos aproveitar o evento para divulgar serviços entre os gestores

que estão no seu primeiro ano de mandato”, diz.

Se o grau de interesse das prefeituras for revertido em adesões nos próximos anos, a coordenação da rede prevê o crescimento considerável do número de acessos da rede. “Hoje, nós temos 7 mil acessos na Intragov. Já para o primeiro ano de novo contrato, nós estimamos chegar aos 11.450 acessos. Isso só de órgãos estaduais. A previsão é que chegue ao quinto ano com 17 mil acessos, incluindo as prefeituras”, calcula Yazaki. O gerente conta que governos de outros estados, como Minas Gerais, Santa Catarina e Espírito Santo, já visitaram a sede da Prodesp, interessados na estrutura e nos resultados da Intragov. ■

Deixe a Segmento cuidar de sua comunicação editorial



**Publicações internas e externas,
livros, revistas, conteúdo para intranet,
extranet e materiais institucionais.**

www.editorasegmento.com.br
marcio@segmentomc.com.br
 tel.: 11 3879-8222/8223



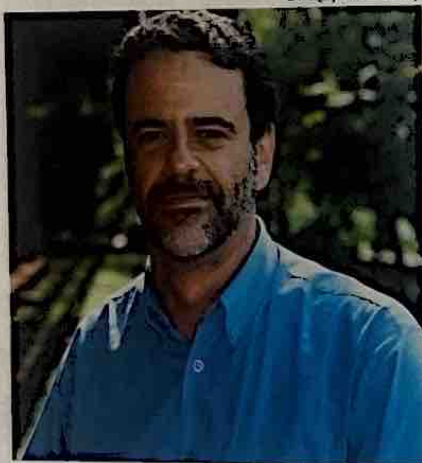
Com as rédeas da gestão municipal

Batizado de Program, o conjunto de softwares criado pela Fundunesp ajuda prefeituras a observar com mais nitidez os problemas de suas cidades

Por Marcela Souza e Rachel Bonino

Ao longo dos últimos quinze anos, professores e alunos da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp de Araraquara e técnicos da Fundação para o Desenvolvimento da Unesp (Fundunesp) trabalharam no desenvolvimento do Programa para Governança na Administração Municipal (Program).

Por meio de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), o programa associa dados alfanuméricos (dados físicos territoriais, econômicos, populacionais, entre outros) a um bloco de informações geográficas (logradouros, quadras, lotes, bairros, rios, imagens aéreas, entre outros). "Trata-se de um conjunto de ferramentas que trabalha sobre um banco multifinalitário,



Divulgação / Fundunesp

Professor Bizelli, da Unesp: um dos coordenadores do Program

ou seja, todas as informações têm capacidade de ser cruzadas e, a partir daí, é possível montar relatórios gerenciais que facilitem aos gestores desenvolver a sua ação", explica o professor da Unesp José Luís Bizelli, coordenador do projeto.

Adaptado às necessidades de cada cidade, o Program mantém sua característica central de estrutura de trabalho em rede mas, na

prática, é diferente em cada município onde é aplicado já que se adapta às necessidades locais. Cabe à prefeitura escolher onde ele atuará e se substituirá algum sistema já adotado.

O INÍCIO

A proximidade com o campus da universidade facilitou para que o município de Américo Brasiliense fosse o primeiro a aderir, em

2001, ao Program. A ex-prefeita, Cleide Aparecida Berti, lembra que, na época, moradores de cidades vizinhas agendavam consultas médicas de rotina na única Unidade Básica de Saúde do município – o que resultava em despesas extras de 20% para o setor de saúde. Com a implantação do sistema, foi possível cadastrar todos os moradores da cidade e emitir o Cartão do Cidadão, melhorando o atendimento à população local. Para possuir esse cartão, é necessário que o morador resida em Américo Brasiliense há, no mínimo, quatro meses. "Conseguimos conter a demanda de cidades vizinhas sem deixar de atender casos de emergência. Além disso, eliminamos prontuários médicos e modernizamos o sistema, sem que isso gerasse mais gastos com a contratação de funcionários", afirma Cleide.

O cadastro unificado também diminuiu os desperdícios na educação, já que foi possível, por exemplo, controlar a frequência dos estudantes da rede municipal de ensino.

PROGRAM

O QUE É:

Sistema associa dados de diferentes formatos – imagens aéreas, informações cadastrais alfanuméricas entre outros – para criar um modelo virtual da cidade

COMO FUNCIONA:

Sob um único banco de dados, diversos setores da administração passam a compartilhar informações mais facilmente, integrando funções

TIPOS DE SOFTWARES INCLUIDOS:

Administração Laboratorial

Controle municipal de fichas de exames de paciente, profissionais das unidades, unidades conveniadas, unidades prestadoras, procedimentos e resultados de exames.

Cadastro Físico Territorial

Reunião de informações sobre logradouros, bairros, quadras, lotes, proprietários, padrão de construção e tributos.

Cadastro Social

Reunião de informações sobre agentes comunitários, área de cobertura, famílias, hábitos familiares e condições de moradia.

Educação Pública

Reunião de informações sobre escolas, professores, alunos, matrícula, distribuição de aulas nas devidas classes, gerenciamento das notas e faltas dos alunos.

Executivo Fiscal Municipal

Manipulação das informações referentes a movimentos processuais, petições, quitações, parcelamento de dívidas ajuizadas.

Processo Legislativo

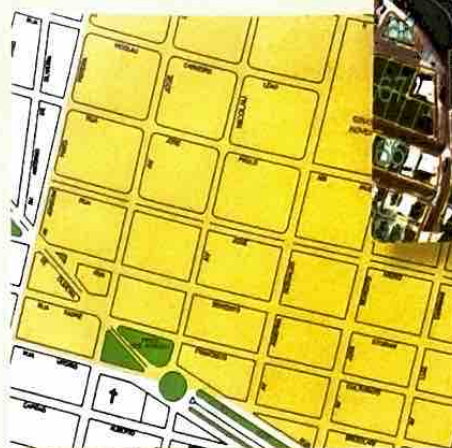
Reunião de informações geradas nas câmaras municipais (leis municipais, atas, ordem do dia, notícias, vereadores, proposições).

Controle de Estoque

Módulo dedicado à manipulação de almoxarifados e farmácias municipais

Saúde Pública

Dedicado à manipulação das informações geradas nas unidades básicas de saúde, postos de saúde da família, prontos-socorros e centros municipais de especialidades.



Informações cartográficas (à esq.) de base para constituição de mapa virtual (acima) onde se localizam os estabelecimentos municipais (postos, escolas) da região

Cartão magnético distribuído em Américo Brasiliense reúne dados de cada cidadão



Se o aluno, por exemplo, faltar a cinco aulas em um mês, receberá cinco vales-transporte a menos no mês seguinte. “Isso incentiva a presença na escola e combate gastos desnecessários”, diz. O responsável pelo setor de Informática da atual gestão, José Roberto Cavassani, estima que os cofres municipais devem economizar mais de R\$ 120 mil este ano na área.

Em Américo Brasiliense, o programa atende, além de saúde e educação, os setores de tributação e administração.

RESULTADOS

Em Pedro de Toledo, o Program foi retomado no início do ano. O primeiro setor beneficiado foi a educação, como explica o assessor de Comunicação, Rodrigo Antunes Martinez: “É a área em que

temos a melhor estrutura tecnológica e isso é importante para que o programa seja implantado”, diz. Agora, a prefeitura pretende recolher recursos para expandir o projeto. “Hoje, quando um morador quer se informar sobre impostos devidos ao município, isso demora três meses para ser levantado. Com a informatização, não deve levar mais de um minuto”, acredita Martinez.

Em Lençóis Paulista,

o programa tem sido implantado gradativamente desde março de 2004. A prefeitura já investiu mais de R\$ 1 milhão em ações paralelas, como a modernização dos computadores e softwares, capacitação e assessoria técnica. Segundo o diretor de Planejamento, Luís Antonio Coneglian, os resultados da parceria com a Fundunesp já podem ser constatados: “Fizemos um mapeamento de ruas, bairros e edificações existentes e criamos

Site: www.governancamunicipal.fclar.unesp.br
Contato: Escritório da Fundunesp em Araraquara
(16) 3335-6286



Cavassani, da Américo:
programa deve render
economia de R\$ 120 mil

um cadastro imobiliário informatizado. Com isso, a arrecadação com IPTU cresceu 20% e com ISS, mais de 60%", afirma.

Em fase de implantação em Ilha Comprida, o Program será aplicado em finanças públicas, tributação e educação. Mas é na saúde, com o apoio do sistema de cadastros de pedidos de exames e de medicamentos, que são previstos os resultados mais significativos a curto prazo. "A redução de custos deve alcançar 30%", calcula o assessor de Planejamento, Roberto Luiz Silva Júnior.

A prefeitura de Catanduva também espera colher frutos da parceria com a Unesp já em 2006. Lá, o sistema começou a funcionar em fevereiro e o primeiro passo – e o mais trabalhoso – já foi dado: a conversão de pilhas de documentos em papel para arquivos digitalizados. A

prefeitura está finalizando esse processo. Assim, a cidade terá um banco de dados unificado que, segundo o diretor do Departamento de Informática, Organização e Métodos, Ivan Iglesias Ramalho, será responsável por uma economia de 8% ao ano para os cofres da cidade de Catanduva.

INVESTIMENTOS

Adotado até então como projeto-piloto ou de forma independente por algumas cidades paulistas, o Program deu início a uma nova fase de atuação desde outubro último. Financiado pela secretaria de Estado da Casa Civil, o projeto começou a ser implementado nos municípios paulistas com menores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). Serão investidos cerca de R\$ 950 mil na iniciativa, que terá quatro meses de implantação. Os municípios beneficiados são: Lagoinha, Redenção da Serra, São Luiz do Paraitinga, Ribeira, Itaóca, Barra do Chapéu, Itapirapuã Paulista, Bonsucesso do Itararé e Francisco Morato.

Com a inclusão no projeto, essa última cidade já cancelou a compra de softwares de controle tributá-

"PREPARAR O ESPÍRITO" PARA A MUDANÇA

"Damos as ferramentas para que o gestor possa ter a oportunidade de fazer melhor o seu trabalho", afirma o professor José Luís Bizelli, um dos idealizadores, sobre o Program. Mas e quando o servidor que será escalado para operar o conjunto de sistemas olha com desconfiança para a novidade? Afinal, tudo que virá a seguir é novo e a palavra tecnologia em cidades afastadas dos grandes centros pode provocar insegurança a servidores com baixa escolaridade. Pensando nisso, foi estruturado o Curso de Sensibilização para a Mudança. Dado antes do curso para operação do sistema, ele serve para "preparar o espírito das pessoas", ob-

serva o professor Bizelli. Ele mesmo ministra as aulas, com 8 a 16 horas de duração, nas quais se trata a motivação, os novos paradigmas na administração, e até como a globalização tem a ver com os servidores.

Se num primeiro momento há resistência, num segundo, o professor diz brotar o interesse por um conhecimento mais aprofundado. "As pessoas vão se interessando pelo programa à medida que ele vai facilitando a vida delas no trabalho", analisa José Luís Bizelli.

Encerrada a etapa de sensibilização, o processo de aprendizagem prossegue com os cursos de educação continuada para gestores, com 100 horas-aula.



Jacomini, da Francisco Morato: com o Program, compras de informática foram canceladas

rio e de recursos humanos. "Em seis meses vamos avançar o que, sozinhos, só conseguiríamos em quatro anos", avalia Henrique Jacomini Pinto, coordenador de informática e técnico da secretaria de Admi-

nistração, Planejamento e Trabalho da cidade de Francisco Morato.

E é na possibilidade de os municípios atingirem parâmetros de excelência que o governo estadual faz suas apostas. "A principal mudança esperada é a alteração do perfil da administração, que se tornará mais ágil e eficaz, proporcionando serviço público de qualidade aos seus munícipes. A administração municipal poderá ainda buscar sua verdadeira vocação econômica", projeta o secretário de Estado da Casa Civil, Arnaldo Madeira. ■



*Inclusão social, aumento de renda,
lição de cidadania.*

Graças à ajuda de empresas, empresários e muitas outras pessoas, o **Projeto Padarias Artesanais do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo** não pára de crescer. Até agora foram doados mais de 6.500 kits com forno, botijão de gás, liquidificador, batedeira e assadeiras. Um kit simples, que ajudou milhares de pessoas a recuperar seu sonho e sua dignidade. Ajude você também. Ligue (11) 3874-6952 ou acesse www.fundosocial.sp.gov.br



FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE
DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Prefeituras
tiram do papel
projetos de
informatização
e colocam
em prática a
inclusão digital
nos municípios**



Alexandra Goul/Prefeitura de Praia Grande

Programa de Praia Grande oferece cursos para idosos nas escolas no período da manhã

Para inserir a população de baixa renda na realidade tecnológica mundial é preciso investir em políticas públicas que ofereçam locais de acesso gratuito à informática. Embora o assunto esteja em discussão há quase dez anos, o processo de inclusão digital no Brasil ainda se encontra em fase embrionária. De acordo com o Mapa da Exclusão Social divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (RJ) em 2003, apenas 12,46% da população brasileira tem contato com o computador. Já segundo a Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios 2003 (PNAD-IBGE), apenas 11,4% dos domicílios brasileiros – ou seja, 19,3 milhões de pessoas – têm acesso à internet.

IDÉIAS

Resolver a questão do acesso não é tarefa fácil mas alguns municípios têm investido em iniciativas de inclusão social interessantes. É o caso do programa de inclusão digital da secretaria de Educação da prefeitura de São Bernardo, criado em 1999 e composto por três frentes: as bibliotecas interativas, os laboratórios de informática e a InfoRede – que pretende interligar, nos próximos anos, todas as informações disponíveis nas bibliotecas do município.

Acesso livre

Por Juliana Tavares

Destinadas apenas às escolas, as bibliotecas são equipadas com aparelhos de som e de televisão, videocassete, livros e três computadores conectados à internet. “O custo de instalação varia de R\$ 100 mil a R\$ 150 mil”, conta Admir Ferro, secretário especial da coordenação de ações voltadas à comunidade da prefeitura de São Bernardo. Com o mesmo valor de investimento, os laboratórios de informática foram criados em 2001. Além de utilização nas atividades pedagógicas das escolas

de ensino fundamental, as unidades são aproveitadas para as aulas de robótica. “Desde que foram implementados, os projetos de inclusão conseguiram aumentar em 20% o índice de frequência dos alunos”, relata Ferro.

Em Praia Grande, os laboratórios de informática do projeto Alunos Online começaram a chegar em 2002 e, atualmente, beneficiam 16 mil estudantes da rede pública. Além das atividades pedagógicas, os laboratórios, hoje, também são utilizados para a in-

clusão digital de adultos. "Com o projeto Infopai, a escola, que ficaria inativa de manhã e aos sábados, é usada pelos pais dos estudantes", informa Marcos Pastorello, coordenador do Programa de Inclusão Digital. "Já o projeto Melhor Idade oferece cursos de informática nas escolas ociosas no período da manhã, exclusivamente para idosos." Recentemente foi firmada uma parceria com as universidades da Baixada Santista – que cedem os estagiários para auxiliar os professores.

Responsável pelo plano de inclusão digital no município de São Paulo, a gestão Marta Suplicy, Sérgio Amadeu da Silveira recorda que, para a implementação dos Telecentros foram feitas parcerias com a iniciativa privada e com centros comunitários. "A prefeitura entrava com os equipamentos e o acesso. As parceiras ofereciam o

prédio, a manutenção e a fiscalização", diz. "Para evitar problemas de segurança, nos aproximamos das lideranças locais, e parte do conselho gestor de cada unidade era composta pela própria comunidade." Hoje, o município possui 138 telecentros. A previsão é que, até 2006, sejam inauguradas mais 30 unidades.

O Acessa São Paulo, programa estadual de inclusão, é composto por três tipos de infocentro: o comunitário, em que o Acessa São Paulo é responsável por todas as despesas, com exceção da conta de luz e limpeza; o municipal, no qual o governo cede



Kobashi, do Acessa São Paulo: programa estadual possui três formatos de infocentro

técnico no programa, Ricardo Kobashi.

PLATAFORMA IDEAL

Todos os coordenadores de projetos de inclusão ouvidos pela reportagem foram enfáticos ao afirmar

estações de trabalho podem reduzir os custos da informatização", acredita João Pereira da Silva Jr., diretor de negócios estratégicos da Insigne Free Software do Brasil.

Guardadas as devidas diferenças entre os programas, as dificuldades enfrentadas pelas prefeituras ouvidas foram as mesmas: resistência em enxergar a informática como ferramenta pedagógica; alta demanda pelos infocentros e alto custo de manutenção dos equipamentos.

Em todos os casos, soluções criativas atenuaram os problemas: a capacitação dos professores, por exemplo, afastou-lhes o medo de mexer com a tecnologia. Com relação à manutenção, parcerias com empresas resolveram o revés. A questão da demanda, porém, só poderá ser resolvida com tempo e com investimentos. ■■

Apenas 12,46% da população brasileira tem contato com o computador, segundo FGV

equipamentos e capacita os monitores, mas o pagamento dos funcionários, o local e a manutenção são de responsabilidade da prefeitura; e o Popai (Posto Público de Acesso à Internet), cujo pagamento dos monitores é função do órgão público conveniado, como o Poupatempo. "Já temos mais de 590 mil cidadãos cadastrados no Estado e já passamos de 12 milhões de atendimentos", contabiliza o coordenador

que o sucesso dos programas estaria comprometido se não fosse a utilização do software livre. Apenas para se ter uma idéia da economia, gasta-se cerca de R\$ 8 mil com a aquisição de softwares por máquina no País. "Com o software livre, não é investido nem um real para a aquisição de aplicativos", afirma Sérgio Amadeu. "Além dos softwares livres, as tecnologias capazes de transformar um único desktop em seis



Ferro, de São Bernardo: frequência nas escolas aumentou com laboratórios

Foco e atenção

Órgãos federais e instituições financeiras alertam: para ser aprovados, projetos devem contemplar meta da modernização

Por Janaina Finardi e Rachel Bonino

Sem dinheiro em caixa, muitas prefeituras optam pela busca por financiamentos e linhas de crédito quando a intenção é tirar do papel projetos de modernização ou informatização da administração pública. Mas se engana o gestor que imagina resolver por essas vias demandas isoladas como a compra de softwares ou de computadores. Todos os órgãos e instituições financeiras ouvidos pela reportagem foram enfáticos: os projetos têm que abordar a modernização além da informática. Ou seja, é preciso construir programas completos, voltados para o cidadão. “Quando recebemos um projeto de compra de equipamento,

nós devolvemos e pedimos que a prefeitura pense de uma maneira mais abrangente. Não é que esteja errado, só está aquém da proposta do programa de modernização”, alerta Ana Maia, chefe interina do departamento de Desenvolvimento Urbano da área de Inclusão Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

O BNDES oferece o Programa de Modernização de Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT), que já tem 198 operações contratadas, no valor total de R\$ 151 milhões. Ana Maia reforça que a linha de crédito, criada em 1997, não é

Ericks Onodera



destinada à informatização, mas à modernização da administração pública. "Há um desconhecimento das possibilidades do programa", avalia.

O BNDES dá suporte técnico para as equipes de gestores municipais entenderem a realidade local e sugerirem melhorias nos projetos. Essa revisão é proporcional à realidade e tamanho da prefeitura. Normalmente um projeto leva até dois anos para ser aprovado.

Ao todo, o PMAT, por intermédio do BNDES, financia cinco itens: tecnologia da informação e equipamentos de informática, capacitação de recursos humanos, serviços técnicos especializados, equipamentos de apoio à operação e fiscalização e infraestrutura física.

O custo para o município é formado pela taxa de juros de longo prazo, a TJLP, de 9,5% ao ano, o valor de remuneração do BNDES, de 2,5% ao ano, e a remuneração da instituição financeira que ficar encarregada da operação, valor que deve ser negociado pelo município. O pagamento pode ser feito em oito anos, com carência de 24 meses.

Para municípios com mais de 50 mil habitantes, o financiamento liberado será de até 90% do valor

do projeto. No caso dos municípios de até 50 mil habitantes, é possível financiar o custo total. O município poderá tomar emprestado no máximo R\$ 18 por habitante ou 7% de sua receita líquida, prevalecendo o que for menor.

Para os financiamentos com valor de até R\$ 6 milhões, os pedidos devem ser encaminhados ao Banco do Brasil ou a agentes financeiros interessados e que possam contratar com o setor público (a relação completa está no site do BNDES). "Nós fazemos todo o check-list, verificamos a documentação do projeto e encaminhamos ao BNDES", informa Julio Del Fiaco, gerente executivo da diretoria do Banco do Brasil.

Já para financiamentos com valores acima de R\$ 6 milhões (o limite é R\$ 30 milhões), a solicitação deve ser encaminhada ao



Del Fiaco, do BB: projetos de até R\$ 6 milhões devem ser enviados ao banco

BNDES sob forma de consulta prévia. Periodicamente, o banco realizará visitas técnicas de acompanhamento e avaliação de projetos.

PASSOS LENTOS

O Ministério da Fazenda é gestor de outro programa de apoio à gestão pública, por meio da Unidade de Coordenação de Progra-

dados, controle financeiro, recursos humanos, consultorias, aquisição de equipamentos de informática, infra-estrutura e geoprocessamento referenciado, elaboração e implementação de Plano Diretor, Cadastro Multifinalitário e Planta Genérica de Valores.

Segundo o sub-coordenador técnico da UCP, João Dias Neto, existe

Na média, um projeto municipal enviado ao BNDES leva até dois anos para ser aprovado

mas, a UCP. O Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), que conta com financiamento de US\$ 1,1 bilhão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi criado para modernizar a gestão fiscal e melhorar o controle de gastos públicos e informações da receita. A Caixa Econômica Federal é co-executora e agente financeiro exclusivo do PNAFM.

O programa apóia: capacitação de técnicos e gestores municipais, implementação de ações e sistemas destinados ao controle da arrecadação, atendimento ao cidadão, comunicação de

muita procura pelo PNAFM desde a sua criação, em 2002. "Mas o resultado é ainda pequeno", analisa. Para o técnico, a grande dificuldade está na mudança de gestão das prefeituras no ano passado. "Neste ano – primeiro de mandato – tivemos de gastar todo o primeiro semestre capacitando novamente as cidades que trocaram muitos gestores", explica. A equipe de coordenação avalia que até o final deste mandato as perspectivas de bons resultados aumentarão. "Até porque, desde o ano passado, em torno de US\$ 100 mil já foram comprometidos", conta.

A Caixa Econômica Federal efetua os paga-

Divulgação/BNDES



Ana Maia, BNDES: projetos podem ser devolvidos pelo banco

mentos aos fornecedores, orienta os municípios na elaboração do pedido de empréstimos e recebe os encargos e amortizações dos contratos do PNAFM, repassando para o ministério. O município precisa aplicar recursos próprios em contrapartida, em valor igual ao destinado pelo programa.

ORGANISMOS ESTRANGEIROS

Assim como as instituições nacionais, o BID também faz alerta às prefeituras interessadas em obter financiamentos: "O banco não financia simplesmente a compra de equipamentos, mas todo um conjunto de atividades no âmbito de um projeto que se insira em sua estratégia de atuação e garanta resultados nas áreas de produtividade e infraestrutura; pobreza,

equidade e formação de capital humano; condições de vida e eficiência nas cidades e fortalecimento institucional e modernização do Estado", afirma Maysa Provedello, relações externas da representação do BID no Brasil, em entrevista por e-mail.

O banco oferece recursos por meio do Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN), um fundo independente administrado pelo BID, e pelo Fundo de Operações Especiais (FOE), que concede empréstimos de apoio à reforma política. Esse empréstimo não exige fundos de contrapartida.

Antes de ser apresentado ao BID, o pedido de financiamento externo deve ser submetido à análise da Comissão de Financiamento Externo (Coflex), do Ministério do Planejamento, Orçamento

e Gestão. "Boa parte dos municípios desconhece essa necessidade", afirma Maysa Provedello.

Apesar de já trabalhar junto aos municípios desde a década de 80, somente agora o Banco Mundial está realizando empréstimos diretamente para os municípios. Também neste caso a Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain) é responsável pela coordenação dos financiamentos entre o banco e poder público.

Em conjunto com a Cor-

melhorar a capacidade institucional e classificação de risco das entidades do setor público subnacional, sem a necessidade de garantia do governo federal", explica Jennifer Sara, coordenadora setorial de finanças, setor privado e infra-estrutura para o Brasil, em entrevista por e-mail.

A conquista de empréstimos para melhorar a gestão do município pode ser demorada. A análise feita pelas instituições exige projetos completos, com ampla fundamentação, e que cos-

Instituições financeiras internacionais também pedem projetos com meta de modernização

poração Financeira Internacional (IFC), o Banco Mundial oferece o Fundo Municipal, que trabalha com financiamentos ou outras operações de crédito comercial. "Ele atua como um catalisador para

que possam sofrer mudanças para ser aprovados. Uma dica importante é pedir apoio às equipes técnicas das instituições, para que orientem sobre o que é preciso ser repensado a respeito da realidade da região. ❧

ONDE OBTER MAIS INFORMAÇÕES

PMAT - BNDES

www.bndes.gov.br

Acesse o link Programas, Sociais e depois encontre o item

PMAT - Banco do Brasil

www.bb.com.br

Acesse Governo, Poder Executivo Municipal, e depois Empréstimos

PNAFM - Caixa Econômica Federal

www.caixa.gov.br

Acesse o link Para Sua Cidade, e depois o item PNAFM

BID

www.iadb.org

BANCO MUNDIAL

www.obancomundial.org

Quando o assunto é futebol, o Brasil só dá bola dentro.
Mas quem quer parar de dar chute quando o assunto é distribuição de renda.



Fundação Gol de Letra. Para fazer um Brasil campeão não só no futebol.

A Fundação Gol de Letra não é uma escola de futebol, mas ensina a driblar os problemas da vida. São centenas de crianças no Rio de Janeiro e em São Paulo que aprendem arte, dança, música, informática, leitura, praticam esporte e, o mais importante, encontram o caminho da cidadania. Acesse o site www.goldeletra.org.br e associe-se. Juntos, nós podemos ajudar as crianças brasileiras a virar o jogo da vida, a defender uma posição na sociedade e a construir um Brasil campeão, não só no futebol.

Pelo software livre

Mario Teza é membro do Comitê Gestor da Internet do Brasil e do Consórcio dos Desenvolvedores e Usuários de Software Livre na América Latina e Caribe, da Unesco. É fundador e membro do Projeto Software Livre do Rio Grande do Sul e do Projeto Software Livre Brasil.

Qual a definição mais correta para o termo sistema de código aberto ou software livre?

Basicamente, com o software livre ou sistema de código aberto uma pessoa, empresa, prefeitura conseguem ter acesso ao código-fonte do programa livre, podem alterá-lo, usá-lo para qualquer fim, além de redistribuir as alterações que produzirem.

Por que uma prefeitura deve optar pela instalação de um sistema de código aberto?

Para ter independência de fornecedor, mais segurança, mais controle do seu ambiente de TI, menos custo final, e ter padrões interoperáveis.

Qual o principal problema enfrentado pelo sistema hoje?

Estamos consolidando o ecossistema do software livre

no Brasil. O maior problema é atender à enorme demanda por suporte técnico, novas aplicações e orientações para auxiliar as empresas, prefeituras, governos e universidades a migrarem com segurança e estabilidade para software livre. Mas isso está sendo corrigido pelo próprio mercado de TI nacional e com o advento de empresas internacionais no Brasil.

Existem problemas de compatibilidade entre o sistema de código aberto e o de código fechado. Como contorná-los?

Existem por parte de algumas implementações de código fechado. Em geral, cada vez mais a capacidade de interoperabilidade do software livre se estabelece. É fato hoje que grandes e pequenas empresas aproveitam as vantagens do software livre para estruturarem redes heterógenas. Com isso aproveitam o parque

instalado e ampliam os serviços com mais qualidade e menos custo.

Uma crítica feita ao sistema de código aberto é que as empresas desenvolvedoras ainda não oferecem um leque completo de softwares. Qual a justificativa para esse quadro?

Isso acontece em função do ciclo de amadurecimento da tecnologia no Brasil. À medida que novos técnicos (as) forem formados (as) no País já pensando software livre, essa lacuna será superada. Mas o maior incentivo vem do próprio mercado consumidor, seja ele privado ou público. Quando esse mercado percebe que tem o direito de opção e exerce seu poder de compra, demandando software livre, isso leva as empresas estabelecidas a também ofertarem opções na nova tecnologia. ::



Divulgação

"Hoje, grandes e pequenas empresas aproveitam as vantagens do software livre para estruturarem redes heterógenas"

Pelo software proprietário

Roberto Prado é gerente de estratégias de mercado da Microsoft Brasil, que atua no País desde 1989. A Microsoft Corporation ocupa a primeira posição no ranking mundial das empresas de software.

Divulgação / Microsoft

Qual a definição mais correta para o termo sistema de código fechado?

A Microsoft não utiliza a expressão código fechado. A expressão mais adequada é sistema comercial ou não-comercial; o acesso ao código-fonte pode existir ou não nas duas categorias dependendo do modelo do fornecedor ou da licença de uso.

Por que uma prefeitura deve optar pela instalação de um sistema de código fechado?

Como todos os setores, as empresas públicas também enfrentam o crescente desafio de conseguir que softwares de fornecedores diversos funcionem e operem em conjunto. Nos últimos anos, nossa indústria tentou várias abordagens para conviver com a heterogeneidade do software. Mas a solução que vem se provando mais eficiente é um compromisso sólido com a interoperabilidade.

Qual o principal problema enfrentado pelo sistema hoje?

Pesquisas, de fontes variadas, indicam que as principais preocupações de empresas (públicas ou privadas) de TI, relacionadas a sistemas de informação são: segurança, interoperabilidade, confiabilidade e custo de propriedade.

Existem problemas de compatibilidade entre o sistema de código aberto e o de código fechado. Como contorná-los?

A Microsoft participa das principais entidades que definem padrões abertos e acredita que esse é o melhor caminho para minimizar potenciais impactos de compatibilidade. Alguns produtos classificados como de código aberto manifestam compatibilidade com produtos da Microsoft. Mas o resultado nem sempre é satisfatório. O caminho para tratar questões de compatibilidade, e reduzir

o custo de propriedade e manutenção da plataforma, é manter a uniformidade do ambiente.

Os altos custos das licenças de uso dos softwares proprietários pesam nos orçamentos municipais. Existe algum movimento entre as empresas para amortizar estes valores?

A Microsoft vem demonstrando ter a melhor relação quando avaliamos o custo total de propriedade da solução. O tomador de decisão deve observar alguns itens para a formação do custo total do projeto: elaborar uma lista detalhada das estratégias; elencar os principais gastos; examinar o orçamento; avaliar a equipe de TI; atentar para a segurança; examinar a infra-estrutura de aplicação; considerar os custos de indenização e de garantia; e considerar um bom serviço de assistência técnica e o uso de ferramentas de terceiros. ■■



"A Microsoft vem demonstrando ter a melhor relação quando avaliamos o custo total de propriedade da solução"

O eGOIA e os municípios brasileiros

O eGOIA (Inovação e Acesso em Governo Eletrônico – www.egoia.sp.gov.br) é um projeto vinculado ao Programa @LIS (Alianças para a Sociedade da Informação), programa de cooperação da União Européia para acelerar o desenvolvimento da sociedade da informação na América Latina. Do projeto participam instituições da Alemanha, Inglaterra, Peru e Portugal – consorciadas a instituições brasileiras do Governo do Estado de São Paulo (Casa Civil, Prodesp e Fundap), do Ministério da Ciência e Tecnologia (CenPRA) e Abep (associação que congrega as empresas estaduais de tecnologia da informação).

O projeto tem por objetivo construir demonstradores (projetos-piloto) de sistemas integrados para oferecer, por meio da internet, serviços públicos aos cidadãos de baixa renda do Brasil e da América Latina. Nesse contexto, o projeto eGOIA deverá implementar um espaço virtual que proporcionará a interação do cidadão com a administração pública, de uma maneira simples e economicamente eficiente. Na primeira fase do projeto, foi feita uma demonstração com o piloto de integração de alguns serviços desenvolvidos pelo governo do Estado. Para a segunda fase, o projeto visa apresentar demonstrações de programas operados por municípios brasileiros.

Muitas cidades são informatizadas mas enfrentam dificuldades com disponibilidade de informações, com a existência de sistemas e plataformas diferentes que não operam de

forma integrada, com a exclusão digital, entre outras limitações.

Nesse contexto, o projeto eGOIA pretende consolidar uma “arquitetura orientada a serviços” para sistemas de governo eletrônico baseada em uma infra-estrutura multiplataforma, na qual o objetivo central é a interoperabilidade de dados, de aplicações e de plataformas. Ou seja, permitir que diferentes sistemas já existentes possam conversar entre si.

Projeto de cooperação européia sugere a interoperabilidade de sistemas e serviços públicos integrados no município

Aliada à estratégia de “pensar grande, começar pequeno, crescer rápido”, a segunda fase do eGOIA abre boas oportunidades para o desenvolvimento de demonstradores para prefeituras visando viabilizar soluções inovadoras; prover condições de sustentabilidade ao projeto no contexto dos municípios; e disseminar as práticas e resultados.

Para realizar essas ações, o projeto está definindo cenários de aplicação nos municípios. Buscaram-se informações junto à coordenação do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), vinculado ao Ministério da Fazenda, dada a sua experiência na identificação de problemas e de soluções para as prefeituras, bem como na Pesquisa de Informações Básicas Municipais, divulgada em 2003 pelo IBGE. No momento, o projeto está trabalhando com as cidades de Amparo e Campinas, e mantendo também um contato com São Bernardo do Campo, Limeira, Santos e Valinhos. ■■

Jarbas Lopes Cardoso Júnior, coordenador de área de atuação do Centro de Pesquisas Renato Archer (CenPRA), vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e líder do subprojeto para disseminação do eGOIA

Romildo Monte, consultor do CenPRA

Sérgio Pinto Bolliger, gerente de projetos da Fundação de Desenvolvimento Administrativo (Fundap), vinculada à Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo

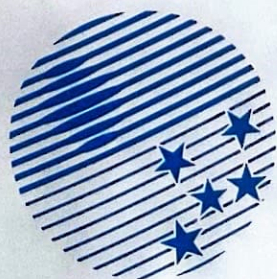
INFORMAÇÕES

Para mais informações e contatos relativos às iniciativas nos municípios, envie e-mail para jarbas.cardoso@cenpra.gov.br.

AOS PREFEITOS ELEITOS E REELEITOS:

**QUE O SUCESSO CONQUISTADO NAS URNAS
PERMANEÇA EM SUAS GRANDES CONQUISTAS
NO PRÓXIMO QUADRIÊNIO**

**ASSESSORIA FINANCEIRA
DE ALTA PERFORMANCE**



**Banco
Cruzeiro
do Sul**

- Private Bank
- Asset Management
- Divisão Internacional
- Corretora de Valores e Mercadorias
- Estruturação de Fundos de Investimentos
- Crédito Pessoal Consignado em Folha de Pagamento
- Desconto de Recebíveis

Consulte-nos:

(11) **3848-1553**

www.bcsul.com.br

Cinto apertado

Para preservar área do Cinturão Verde, prefeituras investem em programas de conscientização para jovens e produtores rurais

Por Maria Teresa Marques

Imagine uma área natural com rios, cachoeiras, montanhas, animais silvestres e florestas. Agora imagine São Paulo e mais 72 cidades avançando sobre ela. Essa é a situação perigosa da área popularmente conhecida como Cinturão Verde, na periferia da Região Metropolitana. Com 1.611.710 hectares, a região remanescente da Mata Atlântica pode ser considerada um sistema em extinção.

Para oficializar a proteção ambiental dessa área, e facilitar aporte de recursos de instituições e governo, a Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura criou, em junho de 1994, a Reserva da Biosfera de São Paulo. Foi

um passo importante, mas que não conseguiu frear a depredação, que avança com invasões, desmatamento, contaminação do solo e da água.

Muitas das 73 cidades que compõem o Cinturão Verde trabalham em programas de preservação, na maioria das vezes em parceria com o poder estadual e federal. E é imensa a gama de ações exigidas já que o é também o leque de ameaças e problemas.

Uma das vias dos programas municipais envolve, por exemplo, os produtores de alimentos, com vistas a conscientizá-los da importância de evitar a contaminação do solo por meio da adoção de agrotóxicos, próprios da agricultura chamada convencional. A

idéia é trazer para a prática o processo orgânico, que não prevê utilização de adubo químico. Uma das cidades que levam a cabo um programa assim é Perui-be, que abriga a Estação

Essas atividades, entretanto, não podem conflitar com a preservação.

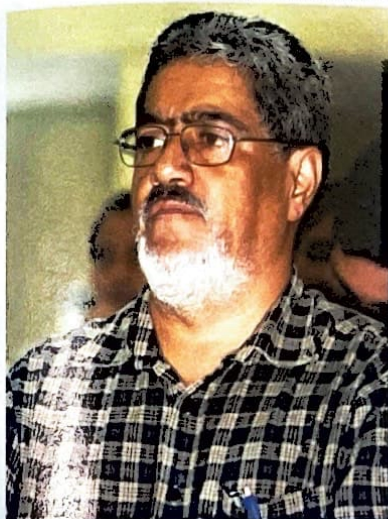
São cerca de 350 produtores, 98% com pequenas propriedades, cujo convencimento, admite o diretor, não

Muitas das 73 cidades do Cinturão têm programas de preservação com parcerias estaduais e federais

Ecológica de Juqueí, de Itatins e o Parque Estadual, todas áreas protegidas oficialmente.

No Parque Estadual, por exemplo, são permitidas atividades agropastoris, segundo informa o diretor do departamento de Agricultura e Meio Ambiente da prefeitura, Carlos Roberto Bianchi da Silva.

é nada fácil, por barreiras culturais, principalmente. Na realidade, a prefeitura quer manter a presença desses produtores no parque até para auxiliá-los a estruturar melhor uma atividade que já praticam, que é a de oferecer almoços e doces aos turistas. A idéia é abrir as propriedades à visitação pública, remunerando os



Paulo Rita, de Suzano: dificuldades em convencer agricultores a investir na produção orgânica

produtores que desejarem participar. A intenção, diz Silva, é focar os 10 hectares do parque no turismo rural e ecológico, item essencial do recém-criado Programa de Manejo, que envolve também as cidades de Pedro de Toledo e Itariri.

"VERDADEIRA CATEQUESE"

Outro município que estimula a adoção da agricultura orgânica é Salesópolis, cujos produtores são na maioria da colônia japonesa, situados na divisa com Biritiba-Mirim. O secretário de Desenvolvimento, Turismo, Meio Ambiente

e Agronegócios da prefeitura, Flávio da Rocha Vieira – ele mesmo produtor orgânico há sete anos – explica que a primeira fase do programa, em aplicação, é trabalhar com 25 produtores. A estimativa é que existam ao todo cerca de 400 a 500 produtores, a maioria de hortaliças.

O programa de Salesópolis inclui mapeamento da área, análise de solo, elaboração de programa de plantio e viabilização de parcerias para a comercialização. "Não se trata apenas de substituir adubo químico por orgânico. É um trabalho difícil, porque se trata de uma mudança de conceito", diz Vieira. Até o fim do ano, a cidade vai abrigar um centro de pesquisa específico para o processo orgânico, em parceria com a Universidade de Taubaté.

Ainda na linha da adoção da agricultura orgânica está um dos programas da cidade

de Suzano, referente às microbacias dos rios Guaió e Balainho. Aqui também a dificuldade de convencimento dos produtores é grande, segundo Jesus Paulo Rita, da diretoria de Agricultura e Abastecimento da prefeitura.

A microbacia do Rio Guaió – com 170 produtores – foi a primeira a ser envolvida em programa, criado em conjunto com o Estado em 2003 e que agora está em sua fase terceira e final. Na região do Balainho, o programa, idêntico ao do Guaió, está no início, em atuação com cerca de 80 agricultores. "Começamos o processo com a divulgação da microbacia; depois com diagnóstico da situação e planejamento de ações; em seguida, ministramos cursos de qualificação aos produtores. Agora estamos na fase de execução de 3.640 metros de estrada que deverão fazer parte da microbacia." Para dezembro, serão criadas, segundo Paulo Rita, feiras noturnas para escoamento dos produtos. Depois, será a vez dos mini-entrepósitos.

GESTÃO COMPARTILHADA

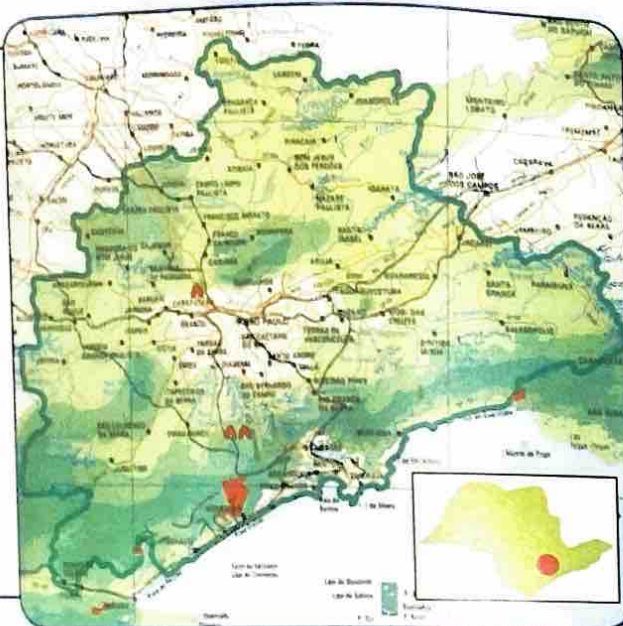
A abrangência de um programa municipal em Cabreúva é larga e envolve a integração de todas as ações de desenvolvimento do município, totalmente definido como APA – Área de Proteção Ambiental. Trata-se do Município Educador Sustentável, explica a coordenadora de Projetos da secretaria municipal de Meio Ambiente, Thaís Michele Oliveira. O processo, que acabou de iniciar, baseia-se numa estrutura criada pelo Ministério do Meio Ambiente, resultante de um seminário sobre as bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. São oito municípios participantes e a idéia central, segundo Thaís, é identificar as características que são comuns. Há iniciativas mínimas que todas as cidades envolvidas devem cumprir, e que vão nivelar as gestões da região, ressalta Thaís. Em Cabreúva, foi criado um comitê com a participação do poder público, da sociedade civil e de representantes do setor de educação, para trabalhar o plano, com monitoramento do ministério. Uma das iniciativas obrigatórias a todos é a implantação da Agenda 21, documento que saiu da ECO 92, referente à melhoria da qualidade ambiental. Thaís explica que o município, cumprindo as ações exigidas pelo ministério dentro das condições e estrutura locais, receberá uma certificação que lhe dá certa prioridade na obtenção de recursos.

Em Suzano, a prefeitura estimula e apóia a produção orgânica, que não prevê o uso de adubo químico

A ÁREA DO CINTURÃO VERDE

BENEFÍCIOS

- 1) Estabilização climática
- 2) Recuperação atmosférica
- 3) Suprimento de água e proteção dos mananciais
- 4) Biodiversidade
- 5) Proteção contra a erosão dos solos, assoreamentos e inundações
- 6) Segurança alimentar
- 7) Uso social
- 8) Reserva de patrimônio cultural
- 9) Estimulo às atividades auto-sustentadas
- 10) Potencial de novas descobertas científicas



AMEAÇAS

- 1) Especulação imobiliária
- 2) Obras de infra-estrutura
- 3) Legislação inadequada e descumprida e aparelho do Estado fraco e ineficiente
- 4) Regulamentação fundiária
- 5) Extração de madeira
- 6) Mineradoras
- 7) Lixo urbano
- 8) Poluição atmosférica
- 9) Depredação de indivíduos não-conscientes
- 10) Desconcentração industrial

Fonte: Workshop - Plano de Gestão para a Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo - Grupo da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde

CABEÇAS MADURAS

Mas trabalhar com as cabeças já maduras de hoje é apenas uma das vias que os municípios do Cinturão Verde adotam. Há outra, essencial, com visão de futuro, que é o envolvimento dos jovens. E um importante programa nesse sentido foi criado pelo Instituto Florestal (IF), órgão da secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, no ano de 1993. É o Programa de Jovens, cujo projeto-piloto foi adotado em São Roque, em 1996.

O mote principal é a formação ecoprofissional, conforme diz a gerente do programa no IF, Vanessa de Souza Silveira. Para tanto, o programa prevê atuação de jovens, na faixa de 15 a 21 anos, na monitoria em turismo ou criação de hortas e viveiros. Por outro lado, o programa busca a formação integral do indivíduo, o que pressupõe ética, consciência, solidariedade, respeito, cuidado. A duração do curso é de dois anos. "Não é possível formar alguém

sem ser socialmente responsável, ambientalmente consciente, tecnicamente competente e cidadão participativo", afirma a gerente de Recursos Naturais da subprefeitura de Paranapiacaba e Parque Andreense, Ruth Cristina Ferreira Ramos. Em Santo André, a terceira turma está no final do curso. Os resultados na prática: dez alunos de cursos anteriores foram contratados na cidade e outros tantos, em São Bernardo do Campo como monitores no Parque Caminhos do Mar.

Em São Roque, base inicial do programa, o professor coordenador, Adroaldo Antonio Alves, diz que a turma atual está na fase final do curso. A cidade, segundo Alves, tem 54 alqueires de Mata Atlântica, que podem ser visitados. "Dois alunos de turmas anteriores do Programa de Jovens são guias contratados nessas visitas", conta Alves.

Na APA de Jundiaí, a educação é a base de um programa voltado para jovens trazidos por entidades, escolas, igrejas, e tocado



Iniciativa do Instituto Florestal, Programa de Jovens forma guias de turismo

pelo Departamento de Águas e Energia (DAE) municipal. A monitora do projeto, Adriana Maria de Oliveira, explica que se trata do Ciclo das Águas,

programa que inclui visitas aos tanques de peixamento, onde filhotes são colocados para engordar e preservar a qualidade da água; à Casa de Bombas, à Estação do

Anhangabaú e à Estação de Tratamento de Esgoto. "O programa existe desde 1998 e foca essencialmente a proteção e preservação dos recursos hídricos da

região", diz Adriana.

Ações como as mostradas, vindas do poder municipal – onde está a "vida cotidiana" do Cinturão Verde –, são ainda insuficientes para barrar a depredação. Mas, como salienta Vanessa de Souza Silveira, do Instituto Florestal, há uma clara evolução na conscientização dos que comandam as prefeituras. Um exemplo, diz ela, foi o Programa de Jovens. "Não divulgamos o programa, mas os municípios foram tomando conhecimento dele e nos têm procurado cada vez em maior número." ❖

SMART Board™

Agilidade, Integração e Colaboração.



O quadro interativo SMART Board é uma ferramenta flexível, que permite a elaboração e preservação do conteúdo de forma digital. Usada em governos de mais de 100 países, incluindo o Brasil, a tecnologia viabiliza a criação de ambientes colaborativos para a troca de informações em atividades como treinamentos, reuniões e ações estratégicas.

Em diversos órgãos governamentais, principalmente em áreas como segurança, defesa e educação, a utilização do quadro SMART Board permite que o fluxo de informações entre equipes seja mais ágil, e o aproveitamento e retenção de conteúdo mais eficazes.

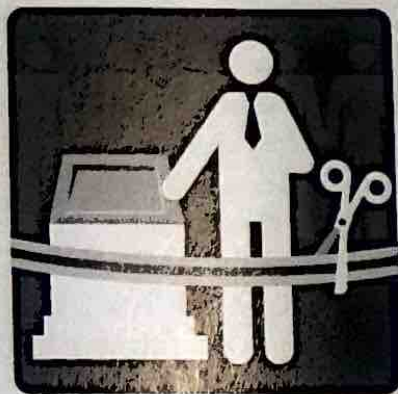
O SMART Board é líder global de mercado, possui garantia de 5 anos, software em Português do Brasil, certificação ISO 9000 e pode ser adquirido através de importação direta. Trabalha com sistemas operacionais Windows, LINUX e Macintosh. O distribuidor autorizado oferece suporte técnico no Brasil e capacitação customizados às necessidades dos clientes.

Scheiner

Distribuidor Autorizado
SMART Technologies
www.scheiner.com.br
Tel: 11 3771-2777

Solicite uma demonstração ainda hoje.

Prazo para confecção de Plano Diretor, tipos de pagamento de precatório judicial e emissão dos carnês de lançamento do IPTU – temas das dúvidas dos gestores municipais publicadas nesta edição do APM Responde. Para ter o seu questionamento sobre administração pública solucionado neste espaço, envie mensagem para o e-mail juridico@apaulista.org.br ou então ligue (11) 2165-9954.



O administrador pode incluir seu nome em placas de inauguração de obras públicas?

A solução está disciplinada no artigo 37, parágrafo 1º da Constituição Federal. A simples menção do nome da autoridade não implica em promoção pessoal, ao contrário, tem caráter informativo.

A prefeitura pretende entregar em mãos, diretamente aos contribuintes, os carnês de lançamento do IPTU. Trata-se de serviço que será feito por servidores públicos. No entanto, recebeu ofício da agência local dos Correios alertando que tal missão é de competência constitucional exclusiva da EBCT. É correta a exigência?

Não. A advertência é absurda. Ofende a autonomia administrativa do município assegurada na Constituição Federal. O discutível monopólio constitucional do serviço postal não tem, definitivamente, a amplitude pretendida pelo agente local dos Correios.

O presidente de câmara municipal que é servidor estadual pode acumular esses cargos?

Não. A doutrina e a jurisprudência têm entendido que o presidente da câmara acumula o exercício do mandato com atividades administrativas inerentes às funções de presidente da casa. Trata-se, portanto, de incompatibilidade de horários intransponível.

Secretário de Finanças de prefeitura pergunta se pagar precatório judicial em que o credor aceita substancial desconto, ainda que não seja o primeiro da lista, pode significar quebra da ordem cronológica e risco de seqüestro.

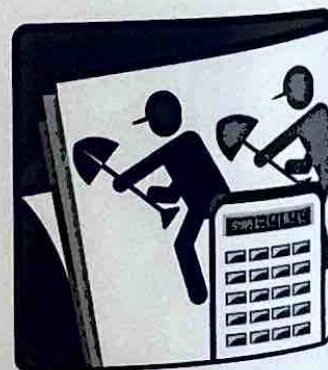
Apesar do princípio constitucional da economicidade, de observância obrigatória pela administração pública, o Poder Judiciário, como um todo, tem entendido que o preterimento de credores de precatórios, ainda que venha significar substancial economia para o erário público, implica em ofensa ao artigo 100 da Constituição Federal e em seqüestro.

Prefeitura paulista quer saber qual a data-limite para elaboração ou revisão do Plano Diretor e se existem sanções em caso de descumprimento.

De acordo com o disposto no artigo 50 da Lei nº 10.257 (Estatuto da Cidade), os prefeitos deverão remeter às câmaras municipais, até o dia 10 de outubro de 2006, o projeto de lei do Plano Diretor ou sua revisão. O prefeito que descumprir o prazo poderá ser processado por improbidade e crime de responsabilidade. No Estado de São Paulo, por força de preceito grafado na Constituição Estadual, todos os municípios são obrigados a elaborar o Plano Diretor. Finalmente, convém lembrar que a elaboração do Plano Diretor deve ser precedida de estudos, consultas e audiências públicas que demandam, para a maioria dos municípios, um período mínimo de oito meses.

A contratação de serviço de natureza continuada pode ser precedida de licitação na modalidade convite?

Considerando-se que a norma de regência permite a prorrogação por até 60 meses dos serviços dessa natureza, a modalidade de licitação deve ser escolhida em função do somatório do valor estimado do contrato para aquele período.



As respostas às perguntas formuladas por órgãos municipais são de responsabilidade das equipes técnicas da Associação Paulista de Municípios e da ASB – Advogados Associados, sob coordenação do Dr. Antonio Sergio Baptista, advogado, especialista em Direito Público.

Assistência jurídica ao seu dispor

Prefeito e secretário, têm alguma dúvida sobre Direito Público e Administrativo na sua gestão? Liguem para a APM

Para atender reivindicação recorrente de prefeitos paulistas por apoio na área jurídica, a APM colocou em funcionamento há três meses departamento com plantão de advogados especialistas na administração pública. De terças a quintas-feiras, das 10h às 13h e das 14h às 17h, os profissionais estão à disposição de prefeitos e secretários municipais para solucionar questões corriqueiras da gestão local, e que não

exijam acompanhamento posterior ou que sejam de grande complexidade.

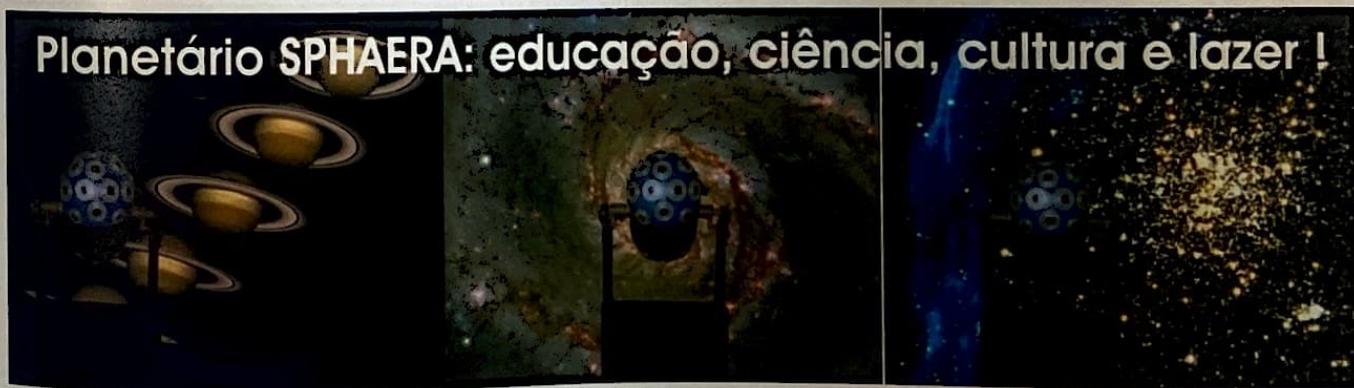
“A maior importância do plantão é atender aos municípios que não têm a possibilidade de contratar uma consultoria jurídica”, explica Antonio Sergio Baptista, presidente do Conselho Técnico-Multidisciplinar da APM e superintendente do novo departamento jurídico.

Segundo o presidente da associação, Celso Giglio, o serviço oferecido vai

de encontro aos anseios dos gestores ávidos por informações que envolvam o Direito Público e Administrativo “Existe uma grande demanda nessa área e nós queremos que os prefeitos utilizem esse novo serviço”, convida Celso Giglio.

Os advogados de plantão atendem no telefone (11) 2165-9954 e também respondem a questões encaminhadas para o e-mail juridico@apaulista.org.br. Participe! ■■

Planetário SPHAERA: educação, ciência, cultura e lazer !



Imagine um equipamento capaz de mostrar o céu de qualquer região da Terra e de qualquer época, e que pode até mesmo simular viagens espaciais ! Esse equipamento existe e agora também é fabricado no Brasil ! Esse equipamento é o planetário Sphaera.

Quer construir em sua cidade um moderno centro de difusão de Astronomia com planetário e observatório, e com o potencial de atrair milhares de visitantes? A Sphaera Planetaria tem a solução mais viável.

Conheça os projetos do primeiro e único fabricante nacional de planetários. Temos interesse em instalar planetários e observatórios por meio de parcerias.

www.sphaeraplanetaria.com.br

Sphaera Planetaria Ltda

Fones: 19 32565751 e 81331013 - Campinas - SP



Auditoria eletrônica

Projeto do Tribunal de Contas do Estado, a Audesp visa aprimorar os procedimentos de coleta de dados e informações dos órgãos fiscalizados

O Tribunal de Contas confirma para janeiro de 2006 o início efetivo do programa eletrônico de controle de contas públicas paulistas, denominado Projeto Audesp – Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos. O trabalho de implantação vem sendo feito há mais de três anos, sempre em conjunto com os municípios, por meio de fóruns e reuniões.

O projeto visa o aperfeiçoamento do controle de gestão governamental que objetiva, através do concurso da tecnologia da informação, aprimorar os procedimentos de coleta de dados e informações dos órgãos fiscalizados, buscando maior agilidade nos trabalhos, aumento da qualidade dos dados e, como consequência natural, o cumprimento da missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas com o máximo grau de eficiência, em benefício da sociedade. Para os envolvidos com o

processo de fiscalização, o projeto oferece um banco de dados contendo informações de cada órgão, em especial a sua contabilidade, com conteúdo padronizado e atualizado diretamente pelos

projeto já passou por várias fases, do levantamento de problemas, coletas de sugestões, reuniões periódicas até pesquisa do nível de informatização dos órgãos jurisdicionados. Esses le-

vantamentos apoiaram a decisão de modelagem da solução a ser adotada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

Segundo o presidente do TCE, conselheiro Cláudio Alvarenga, o início de 2006 foi confirmado como ponto

TCE confirma para janeiro de 2006 o início efetivo do programa eletrônico de controle de contas públicas paulistas

próprios órgãos objeto de fiscalização. As informações constantes do banco de dados resultante desse processo serão também disponibilizadas, via Internet, ao público em geral.

Com a implementação da Audesp, será possível acessar eletronicamente: licitações e contratos; dados contábeis; auxílios, subvenções e contribuições; atos de pessoal, além do acompanhamento da gestão fiscal e dos atos administrativos, tudo acessável via web.

Prioridade entre os trabalhos do Comitê de Tecnologia da Informação, o



Adalberto Marques

Alvarenga, do TCE: adesão dos municípios ao projeto começa no ano que vem

de partida da adesão oficial dos municípios às premissas do projeto – tendo em vista a compreensão por parte dos seus técnicos de que o planejamento orçamentário não pode ser fictício e deve ter sua contabilidade integrada de forma sistemática, além de transparente.

Em um dos passos mais recentes do Projeto Audesp, em outubro último, o Tribunal abriu espaço para informações relativas às peças de planejamento e execução orçamentária aos responsáveis pelo fornecimento e/ou desenvolvimento de

sistemas informatizados de planejamento orçamentário e contabilidade dos órgãos municipais. Eles participaram de pilotos de testes de remessa de informações.

O Tribunal de Contas informa ainda que, independentemente do início efetivo do controle eletrônico, prosseguirá pelo tempo que se fizer necessário a intensa ação de conscientização que já vem empreendendo no sentido dos benefícios do Projeto Audesp. Ação que se configura em palestras, seminários, mini-encontros, comunicados, publicações e malas-diretas enviadas

Audesp será um dos projetos expostos no 6º Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios

periodicamente aos municípios. Durante os Ciclos de Debates, eventos organizados pelo Tribunal este ano, em 36 cidades paulistas, os técnicos do TCE vem esclarecendo as diretrizes do projeto e respondendo dúvidas e questões dos prefeitos e secretários municipais dos departamentos fiscal e de finanças.

O projeto da Audesp será um dos expostos no 6º CBTIM – Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios. Por isso, confira na grade de programação do evento a data e horário da palestra (veja a pág. 13). ::

MAIS INFORMAÇÕES

Entre em contato com o TCE pelo site: www.tce.sp.gov.br



ADVOGADOS ASSOCIADOS

TEL.: 11 5505 4011
11 4912 3812

WWW.ASBADVOGADOS.COM.BR

**ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE
LEI, DECRETOS, PORTARIAS,
EDITAIS DE LICITAÇÃO, MINUTAS
CONTRATUAIS, RESOLUÇÕES E
CIRCULARES**

**ASSESSORIA E
CONSULTORIA PREVENTIVA –
PARECERES TÉCNICOS**

**DEFESA E SUSTENTAÇÃO
JURÍDICA JUNTO AO TRIBUNAL DE
CONTAS DA UNIÃO E DOS ESTADOS**

**DEFESA EM AÇÕES CIVIS
PÚBLICAS POPULARES E
MANDADOS DE SEGURANÇA**



Paulo Uras

Ex-secretário do Interior no governo Montoro, Chopin Tavares de Lima recorda o trabalho feito pela descentralização política

Da janela do 26º andar do prédio localizado no bairro das Perdizes, Chopin Tavares de Lima depara-se diariamente com a vista da capital que só esbarra no Pico do Jaraguá. Uma pena o pico – ponto mais alto da cidade – encobrir a vista para os municípios vizinhos e do interior. Se não fosse isso, talvez o ex-político ficasse mais tempo na janela.

De 1983 a 86, Tavares de Lima chefiou a secretaria do Interior no governo estadual de Franco Montoro. Foi nessa época que coordenou a descentralização e redivisão política e administrativa do Estado de São Paulo.

Entre cinco a doze municípios eram agrupados em microrregiões, e três conselhos – de prefeitos, de diretores regionais e da comunidade – faziam as sugestões de orçamento à secretaria. “Era pequena, quase uma ficção. Não tinha orçamento e os prefeitos se reuniam para definir para onde iria a verba. Era uma secretaria de relacionamentos”, recorda.

E foi a partir desses contatos que o trabalho feito ali também deu origem a um tipo de arranjo bem-sucedido entre as atuais gestões: os consórcios municipais. “Fiz dezenas de consórcios. A troca de experiências se

fez e foi muito boa.”

Foi nessa fase de trabalho intenso que Tavares de Lima frequentou os Congressos Estaduais de Municípios. Acompanhado de sua equipe, o então secretário alertava para que os pedidos de vereadores e prefeitos fossem alinhados ao projeto das microrregiões. “Montoro dizia que deveríamos atacar as pequenas grandes obras. Ele não se preocupou em fazer pirâmides, obras gigantescas. Ele cuidou das obras localizadas nos municípios”, recorda.

Afastado da política, Tavares de Lima – que também foi secretário

de Estado da Educação (1987 a 89) no governo de Orestes Quércia – hoje intercala atenção às movimentações da atual política ao trabalho de escultor em madeira e barro.

Com um histórico de trabalho voltado para a descentralização, ele sugere o mesmo caminho para os próximos congressos da APM: “A coordenação poderia preparar os gestores locais para o congresso maior. Ou seja, precedê-los com encontros regionais”, explica. Aos 79 anos e com experiência de campo, ele credita à força local as grandes conquistas municipalistas. ■■

Esta coluna resgata figuras importantes da cena política que participaram da história do Congresso Estadual de Municípios. Em 2006, o evento promovido pela Associação Paulista de Municípios estará na sua 50ª edição.

Quem julga os prefeitos?

Inúmeras ações de improbidade administrativa que tramitavam nos Tribunais em razão do foro privilegiado estabelecido pela Lei nº 10.628/02 serão remetidas à primeira instância, onde serão julgadas por juízes singulares. É notícia corrente que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 2.797, declarando a inconstitucionalidade dessa lei, o que implica o retorno dos inúmeros processos à instância ordinariamente competente.

A Lei nº 10.628/02 havia alterado o Código de Processo Penal, efetuando duas mudanças significativas: estendia a competência dos Tribunais para julgar as ações de improbidade administrativa e garantia esse privilégio a ex-autoridades, tanto para julgamento de crimes comuns e de responsabilidade, quanto para ações de improbidade. Isso significa que os prefeitos e ex-prefeitos, por exemplo, tinham o direito de ser julgados perante os Tribunais de Justiça de seus Estados por atos de improbidade administrativa, mesmo após o término de seu mandato.

Com a finalidade de declarar inconstitucional essa lei, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) propôs a ADIN nº 2.797.

A ADIN é o instrumento utilizado para a preservação da ordem jurídico-constitucional, mediante a análise do conflito abstrato entre a lei ou o ato normativo e a Constituição da República.

Em 26 de setembro de 2005, foi publicado

no Diário Oficial o resultado do julgamento da ação ajuizada pela CONAMP. No julgamento, prevaleceu o entendimento de que a lei em questão consistiria numa reação legislativa contra o cancelamento da Súmula 394 do STF, que permitia o foro especial para alguns ex-agentes públicos. Além disso, ponderou-se que a lei ordinária não pode criar novas hipóteses de competência originária do Supremo Tribunal Federal, um dos foros privilegiados.

A decisão de mérito proferida pelo STF, que declarou a inconstitucionalidade da lei, terá eficácia

contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, o que equivale a dizer que todos indistintamente estarão a ela submetidos.

Após o julgamento dessa ADIN, inúmeros processos que tramitavam em instância especial serão devolvidos para as instâncias judiciais inferiores. Assim, os processos propostos contra ex-prefeitos, por exemplo, que tramitavam perante o

Tribunal de Justiça em razão da referida lei, serão devolvidos para a primeira instância.

Portanto, a imediata consequência prática que se extrai do julgamento da sobredita ação de inconstitucionalidade é a remessa dos autos das ações que tramitavam em foro especial, tanto de improbidade, quanto de ex-ocupantes de cargos públicos, à instância judicial ordinariamente competente, conforme a natureza do ato, restando restabelecida unicamente a competência especial por prerrogativa de função definida constitucionalmente. ■

Após o julgamento da ADIN nº 2.797, inúmeros processos que tramitavam em instância especial serão devolvidos para as instâncias judiciais inferiores

Isabela Giglio,
advogada
especialista
em Direito
Administrativo
pela PUC/SP
(isa@tsradvogados.
com.br)

Juliana Criscuolo,
advogada forma-
da pela PUC/SP
(juc@tsradvogados.
com.br).

Ambas trabalham
no escritório Tojal,
Teixeira Ferreira,
Serrano & Renault
Advogados

Cadastro Central de Empresas

Cresce número de emprego nas pequenas empresas

Segundo estatísticas do Cadastro Central de Empresas do IBGE, o número de empresas ativas no Brasil, em 2003, chegava a 4,7 milhões, sendo que 3,2 milhões eram integradas somente pelo sócio-proprietário e 1,5 milhão (31,7%) possuíam empregados registrados. Em 1996, as empresas ativas totalizavam 2,9 milhões e as que tinham empregados, 992 mil (34,1%).

SP e RJ têm menos estabelecimentos e empregos

Apesar de ainda concentrar o maior contingente de estabelecimentos do País, a região Sudeste foi a única que reduziu sua participação nacional, passando de 57% em 1996 para 52,2% em 2003. Esse movimento é reflexo da perda de 3,2% em São Paulo e 1,9% no Rio de Janeiro. As demais regiões aumentaram sua participação, sendo que o maior crescimento (1,8%) foi do Nordeste.

Quanto à distribuição regional do pessoal assalariado, houve queda de 3,5% na ocupação na região Sudeste, reflexo da redução de participação relativa no emprego formal em São Paulo, onde a indústria tem um peso maior.

Comércio tem mais empresas

Assim como em 1996, em 2003, a principal atividade entre as empresas foi o comércio, seguido das indústrias e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas. Em termos de pessoal assalariado, a maior participação foi da indústria, nos dois períodos analisados (32,6% e 29,9%). O comércio foi a atividade com maior ganho (3,9%) em termos de pessoal assalariado. A indústria reduz sua participação no número de empregados em 2,7% entre 1996 e 2003.

Em sete anos, número de empregados sobe 28,3%

Segundo o Cadastro Central de Empresas, 5,2 milhões de pessoas jurídicas foram formalmente constituídas e inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) em 2003. Desse total, 90,2% (4,7 milhões) eram empresas. A massa salarial paga em 2003 foi de R\$ 341 bilhões e o salário médio mensal, R\$ 920,69, o equivalente a quatro salários mínimos da época. Entre os 28,5 milhões de assalariados, quase 67% (ou 19 milhões) trabalhavam em empresas, enquanto 33,1% dividiam-se entre a administração pública e as entidades sem fins lucrativos.



Estudo municipal ganha prêmio da ONU

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE (Munic) recebeu o 2005 Habitat Scroll of Honour Award, do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, o UN Habitat. Desde 1986, o prêmio é entregue anualmente a entidades e personalidades com atuação ligada à habitação

e à qualidade de vida. A premiação aconteceu no início de outubro, em Jacarta, na Indonésia. Pela primeira vez um órgão oficial de estatísticas recebe o prêmio.

Realizada desde 1999, a Munic investiga a organização administrativa, finanças e gestão ambiental dos municípios.

IBGE é bem-avaliado em pesquisa de satisfação

Na Pesquisa de Satisfação do Usuário, relativa ao primeiro semestre de 2005, o Instituto conseguiu uma taxa geral de satisfação de 114,73%, segundo avaliação de quatro

dois mil usuários dos serviços de biblioteca, livreria e centros de atendimentos do IBGE. Eles responderam a questionário para avaliar os serviços oferecidos.

Como nas pesquisas anteriormente, o atendimento foi apontado como a dimensão mais importante. Os usuários também valorizaram a

facilidade para conseguir o serviço procurado.

A Pesquisa de Satisfação do Usuário é realizada semestralmente pelo IBGE desde 2003.

Os benefícios dos secretários municipais

A reforma administrativa, introduzida no ordenamento jurídico-constitucional pela Emenda nº 19, de 1998, trouxe alterações significativas no sistema remuneratório dos agentes públicos, adotando para a categoria dos agentes políticos o regime de subsídios. Subsídio fixado em parcela única, diz a nova redação do parágrafo 4º do artigo 39 de nossa Lei Suprema, e, indo além, veda o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. Assim, é preciso determinar o exato alcance da expressão parcela única, tanto quanto da regra de restrição colocada na norma constitucional de regência do subsídio daqueles nela nomeados, dentre os quais os secretários municipais.

A Constituição Federal, ao determinar a parcela única, está, claramente, querendo dizer que não admite o acréscimo de qualquer outra parcela remuneratória ao subsídio único, afastando de vez o sistema anterior à Emenda 19, que permitia o pagamento concomitante de remuneração fixa e variadas vantagens pecuniárias.

Mas, em qualquer hipótese, por força do parágrafo 3º do artigo 39 da Carta Federal, fica estendido a todos os ocupantes de cargos públicos, desde que não detentores de mandatos, um certo número de direitos sociais, dentre aqueles garantidos aos trabalhadores em geral pelo artigo 7º da Constituição (13º salário e férias remuneradas), restando evidente que tais direitos são outorgados, também, aos

secretários municipais.

Em virtude do alto sentido social do dispositivo, observa Diogo de Figueiredo Moreira, as expressões "servidores" e "ocupantes de cargo público" devem aqui ser tomadas em seu sentido amplo, incluindo os que percebem subsídios no desempenho de cargo público... (apud Apontamentos sobre a Reforma Administrativa, Renovar, edição 1999, p. 78)

Férias, abono de férias e décimo terceiro salário têm sido objetos de constantes dúvidas dos gestores municipais

Portanto, apesar de o parágrafo 4º do artigo 39 falar em parcela única, resta claro que a vontade do legislador foi vedar qualquer acréscimo de natureza remuneratória à parcela única fixada a título de subsídio sem impedir, no entanto, a percepção de outras verbas asseguradas constitucionalmente aos trabalhadores em geral.

Concluindo, entendo que:

1. Os secretários municipais têm direito ao 13º salário com base na remuneração (subsídio) integral e gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário (subsídio) normal; (CF, art. 7º, VIII e XVII);
2. As normas constitucionais que respaldam o direito aos benefícios são auto-executáveis e, portanto, desnecessário, por óbvio, qualquer ato normativo municipal disciplinador e,
3. Considerando-se que os direitos advêm da própria Constituição, ainda que em sede de interpretação doutrinária, são eles devidos desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 19, de 5 de junho de 1998. ■



divulgação/Instituto Brasileiro

Antonio Sergio Baptista, advogado especialista em Direito Público; diretor-presidente da ASB - Advogados Associados e do Instituto BrasilCidade; e presidente do Conselho Técnico-Multidisciplinar da APM

Palocci promete liberar recursos do Paes

Reivindicação pelo Programa de Parcelamento Especial de Débitos foi feita por entidades municipalistas – entre elas a APM

O ministro da Fazenda prometeu às entidades que, até o dia 5 de dezembro, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) deverá receber depósito referente ao IPI e IR arrecadados no âmbito do Programa de Parcelamento dos Débitos Federais (Paes), que tornou possível aos contribuintes refinar as dívidas com o Executivo federal.

Participaram da reunião, realizada em novembro e que teve como tema principal a reforma tributária: o ministro das Relações Institucionais, Jacques

Wagner, os presidentes das entidades estaduais de municípios, líderes do governo, além do senador Garibaldi Alves, presidente da Subcomissão de assuntos municipais do Senado. A APM representou os municípios paulistas, com a presença do diretor Antonio Cesar Simão.

Nos últimos dois anos, a Receita Federal recolheu cerca de R\$ 6 bilhões por meio do Paes, mas não repassou às prefeituras o correspondente a 22,5% dos pagamentos, como manda a lei. Segundo Palocci, até dia 5, a equipe

técnica da Receita terá finalizado os cálculos dos repasses.

Durante a reunião ficou definido que o governo pautará a votação da reforma na Câmara, mesmo sem a certeza do consenso na matéria. O item reivindicado pelos prefeitos é o aumento de 1% no FPM, que passaria de 22,5% para 23,5%. A expectativa das entidades era de que o governo votasse em destaque esse 1% da reforma tributária até o fim do ano, mas o item não foi aprovado por Palocci.



Eleições 2006

Esta cadeira é o resultado da sua vitória.

navegador
Político 2006

O maior PATRIMÔNIO de um POLÍTICO é sua rede de RELACIONAMENTO!

Ainda mais quando...

precisa mostrar resultados

✓ **Hoje no MANDATO,**

✓ **Amanhã na CAMPANHA?**

AUTOMAÇÃO DE GABINETE

PREFEITO - VEREADOR - DEPUTADO - SECRETÁRIO

WORKLINE SYSTEM - Empresa de consultoria com soluções na área de TI - Tecnologia da Informação em gestão pública.

Nossas ferramentas possuem a tecnologia - 100% - ON-LINE.

Via anchieta, 1331 - cj 124 - Ipiranga - 04247-002 - São Paulo - SP
Telefone : +55 (11) 6168-6994 - comercial@worklinesystem.com.br

Ligado em qualquer lugar, 24 horas por dia, 7 dias por semana.



Eleja esta ferramenta para o seu gabinete ou para a sua campanha!

GOL
Gabinete Online

ENTRE EM NOSSO SITE E IMPRIMA OS DETALHES DESTA CAMPANHA QUE JÁ FOI TRABALHADA POR MAIS DE 200 USUÁRIOS

WWW.WORKLINESYSTEM.COM.BR

IPT e APM juntos

Diretoria do Instituto de Pesquisas Tecnológicas apresenta trabalho desenvolvido e estreita laços com entidade municipalista

Com o objetivo de intensificar a ação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) no atendimento às demandas municipais e aos arranjos intermunicipais do Estado, as diretorias do órgão e da Associação Paulista de Municípios (APM) reuniram-se no último dia 21 de setembro, nas dependências do instituto, para selar parcerias em futuras ações. Compareceram ao encontro o presidente da APM, Celso Giglio, e diretoria, e as equipes executiva e técnica do instituto.

Na oportunidade, os representantes do IPT apre-

sentaram exemplos de como o órgão tem sido parceiro das administrações municipais. Vinculado à secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento

em prática um programa de atividades a ser definido por grupo de trabalho montado de forma conjunta. Esse programa contemplará a realização de cursos técnicos, publicação

também o trabalho de orientação às prefeituras sobre como usufruir dos projetos tecnológicos desenvolvidos pelo IPT, de forma direta ou indiretamente, utilizando-se de programas da secretaria.

“Precisamos operacionalizar as nossas potencialidades. Acho que um grupo de trabalho vai fazer com que essa parceria gere frutos importantes para o desenvolvimento social dos municípios paulistas, que só têm a se beneficiar das ações promovidos pelo IPT”, salientou o presidente da APM, Celso Giglio.

Com a assinatura de um futuro protocolo de cooperação, as entidades poderão colocar em prática programa de atividades

Econômico, o IPT é um dos 19 centros de pesquisa mantidos pelo governo estadual paulista.

Com a assinatura de um futuro protocolo de cooperação, as entidades poderão colocar

de artigos de interesse dos gestores municipais, apoio aos congressos propostos pela associação, dentre outros projetos futuros.

Além disso, a parceria entre as entidades facilitará

O TRABALHO DO IPT COM OS MUNICÍPIOS

Confira o conjunto de atividades articuladas pelo instituto em parceria com os municípios e que foi apresentado no encontro entre as lideranças:

Gestão do uso e ocupação do solo

Concepção e implementação de Planos Diretores. Gerenciamento de áreas de risco. Gestão de recursos minerais.

Implementação de programas habitacionais e de sustentabilidade ambiental

Melhoria da qualidade técnica de empreendimentos habitacionais com foco na interação com o meio ambiente e no desempenho adequado de materiais. Fomento ao gerenciamento de resíduos sólidos (reciclagem).

Diversificação da produção e aprimoramento da competitividade

Apoio às pequenas e médias empresas. Implantação de incubadoras. Planejamento sustentável de pólos de produção, tais como Arranjos Produtivos Locais.

Gerenciamento de recursos hídricos

Desenvolvimento sustentável de negócios com a produção de água. Formulação de alternativas locais/regionais para racionalização no consumo de água e no tratamento de esgotos.

Conservação da infra-estrutura e edificações públicas

Definição de programas para conservação de obras públicas. Melhoria na qualidade da pavimentação urbana e rural. Controle de fungos e insetos em edificações.

Informatização municipal e educação continuada

Desenvolvimento ou migração de sistemas para plataforma livre. Integração de sistemas isolados. Capacitação de servidores. Programa de aperfeiçoamento em TI. ::



Provocação

Existem pessoas que correm o risco de perder amizades, mas não perdem a oportunidade de fazer piada.

Um dia desses, um ex-prefeito do interior de São Paulo reencontrou-se com um companheiro dos tempos de movimento estudantil nas décadas de 70 e 80, o ainda militante do PC do B – Partido Comunista do Brasil, deputado federal Aldo Rebelo, atual presidente da Câmara e que acabara de assumir o Ministério responsável pela Coordenação Política do governo Lula.

Aldo tinha a seu lado um outro ex-líder estudantil e que durante sua trajetória política havia migrado do

PC do B para o tradicional Partido Comunista Brasileiro (PCB), agremiações distintas e que rivalizavam na melhor abordagem na luta contra a ditadura militar e “pela construção do socialismo no País”.

Sabedor desta contradição o caboclo interiorano não resistiu à tentação de mergulhar no passado. Por instantes voltou aos tempos em que era conhecido por Kissinger, graças ao nariz protuberante e corpo de proporções avantajadas, que lembravam o secretário de estado americano durante o governo Nixon. Empossado do personagem, não se intimidou e lembrou os áureos tempos onde as pro-

vocações entre tendências políticas rivais escreveram páginas à parte e folclóricas na luta pela redemocratização do País.

Ao notar que Aldo tinha um antigo desafeto como assessor, resolveu relembrar a eterna disputa travada entre PC do B e PCB para saber quem eram os legítimos defensores do comunismo no Brasil. Levou suas pesadas mãos às costas do deputado e disparou:

– Aldo, agora sim você está no caminho certo. Trouxe um verdadeiro

comunista para lhe dar as orientações precisas.

Em outros tempos, com certeza veríamos um Aldo irado e com resposta pronta e ácida. Mas o mesmo tempo que lhe conferiu experiência, felizmente não foi suficiente para lhe embotar a memória. Com um sorriso retrucou:

– Kissinger, por alguns minutos o paletó bem cortado e a gravata combinando me fizeram esquecer do quanto provocador você sempre foi. Mudou apenas a aparência. ❧

Casos havidos ou romanceados, “causos” são o objeto desta nossa coluna, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que por aqui desfilen casos e “causos” que resgatem curiosidades da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchrisma@terra.com.br

E olha que o processo de filtragem deles é quase tão rigoroso quanto o nosso.

Pela qualidade de seu trabalho, a Sabesp recebeu a certificação ISO 9001 em 107 cidades.

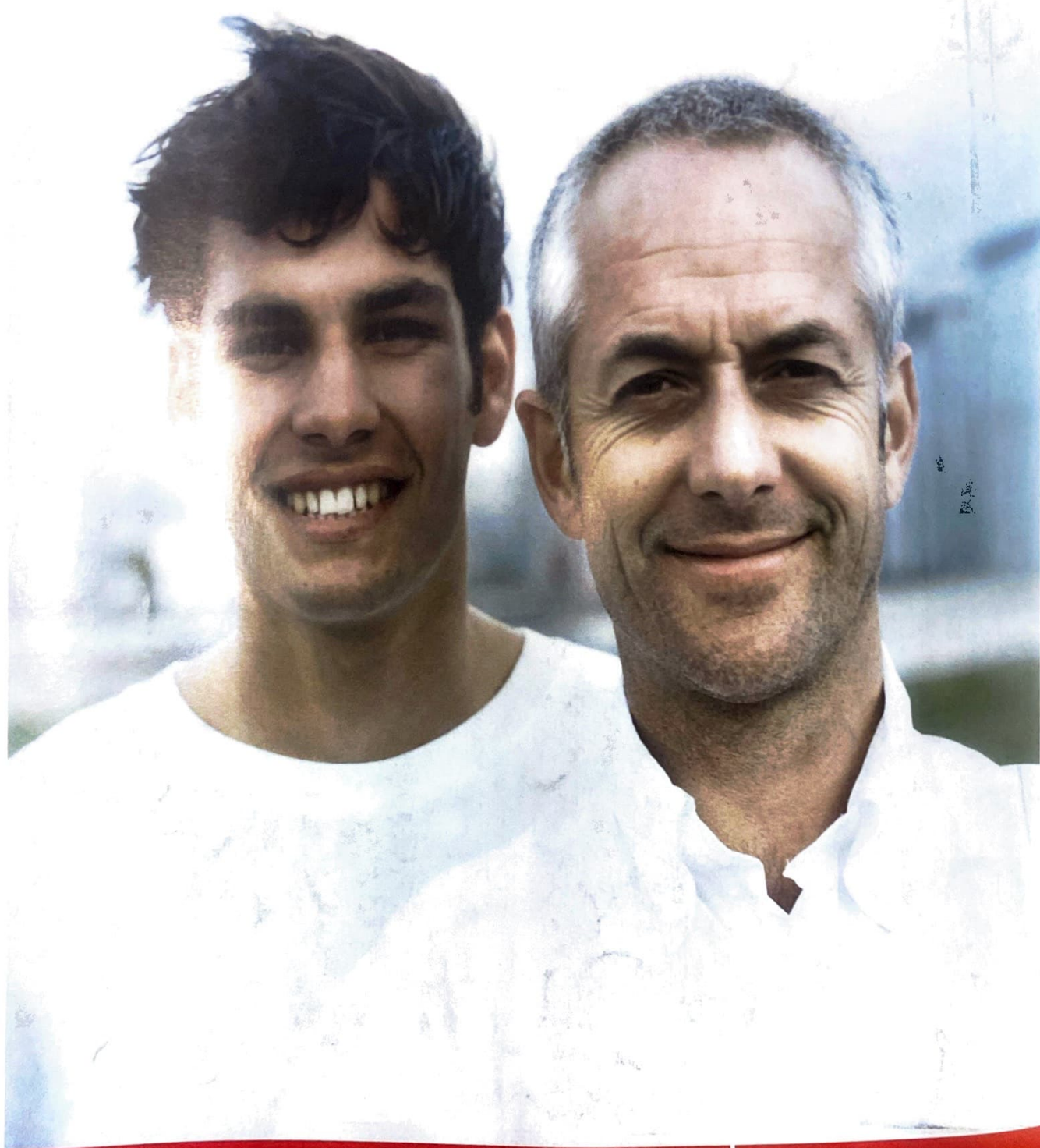
Este é o maior programa conjunto de certificação ISO do mundo. Em 2004, foram certificados os sistemas de trabalho de 107 cidades atendidas pela Sabesp. E, em 2005, serão mais 223. É a Sabesp mostrando que, além de tratar bem a água, faz o mesmo por seus clientes, funcionários e o meio ambiente.



SECRETARIA DE ENERGIA,
RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCE



**Quando o presente está na Nossa Caixa,
o futuro fica muito bem guardado.**

O Banco Nossa Caixa abriu suas portas para gerações inteiras. São décadas de solidez que geraram produtos e serviços de qualidade, programas de crédito sob medida e, o mais importante, clientes confiantes. Afinal, se a Nossa Caixa reúne tradição e modernidade, segurança e rentabilidade é pensando na satisfação de cada um de seus clientes.

Nossa Caixa. Abre todas as possibilidades para você.

Nossa Caixa
O banco do coração de São Paulo



GOVERNO DO ESTADO DE
SÃO PAULO
RESPEITO POR VOCÊ